

**RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

RENOVA ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELEASE DE RESULTADOS 4T23

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

01 de abril de 2024
11h00 (BRT)

A conferência será realizada em português
com tradução simultânea para inglês

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ri.renovaenergia.com.br

ri@renovaenergia.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Terminamos mais um ano com importantes desafios ultrapassados e dando passos na direção de tornar a Renova Energia uma plataforma integrada de desenvolvimento, implantação e operação de projetos de energia renovável.

Destacamos, também, o início da implantação da área de comercialização de energia (Atacado e Varejo). Tal medida vai nos permitir capturar o crescimento de novos entrantes no mercado livre de energia e, também, implementar parte de nosso robusto pipeline de projetos.

Nossos compromissos com práticas de desenvolvimento sustentável foram reforçados no ano de 2023 e continuarão como nossa premissa de novos investimentos.

Nesse sentido, destacamos a receita operacional bruta de R\$ 250,7 milhões e EBITDA ajustado de R\$ 67,5 milhões no fechamento anual de 2023.

Durante o período, também atuamos no gerenciamento do contencioso passivo, e seguimos dedicados à resolução, por julgamentos e negociações, da carteira de ações judiciais, buscando constantemente a redução dos riscos para a Companhia.

Agradecemos, mais uma vez, aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pela confiança, e ao Conselho de Administração pela orientação sólida e apoio unânime na maneira como estamos construindo a história e a geração de valor da Companhia.

Sergio Ros Brasil Pinto
CEO



1. Destaques 2023



Eventos Relevantes e Subsequentes

- I. **Pagamento de credores** - A Companhia realizou o pagamento de R\$ 72,4 milhões, sendo R\$ 1,0 milhão classe I, R\$ 44,8 milhões classe II, R\$ 25,3 milhões classe III e R\$ 1,3 milhão extraconcursal.
- II. **Plano da Recuperação Judicial** - A empresa está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de forma a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real para uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia.



Geração

Produção de Energia foi de 1.082 GWh em 2023, mostrando a capacidade de entrega e execução.



Resultado Financeiro 2023 vs. 2022

- I. **Receita líquida** R\$ 227,8 milhões vs. R\$ 206,4 milhões, acréscimo de 10,4%
- II. **Margem de energia**¹ R\$ 185,7 milhões vs. R\$ 135,6 milhões
- III. **EBITDA** R\$ 303,0 milhões vs. R\$ 1.056 bilhão, redução de 71,3%
- IV. **EBITDA ajustado** R\$ 67,5 milhões vs. R\$ 75,4 milhões, redução de 10,5%
- V. **Prejuízo líquido** - R\$ 9,2 milhões vs. lucro líquido de R\$ 777,1 milhões
- VI. **Prejuízo líquido ajustado** - R\$ 16,1 milhões vs. - R\$ 276,5 milhões
- VII. **Saldo final de caixa** R\$ 23,0 milhões considerando aplicações financeiras

¹ Margem de energia considera receita líquida, custo com compra e encargos setoriais.

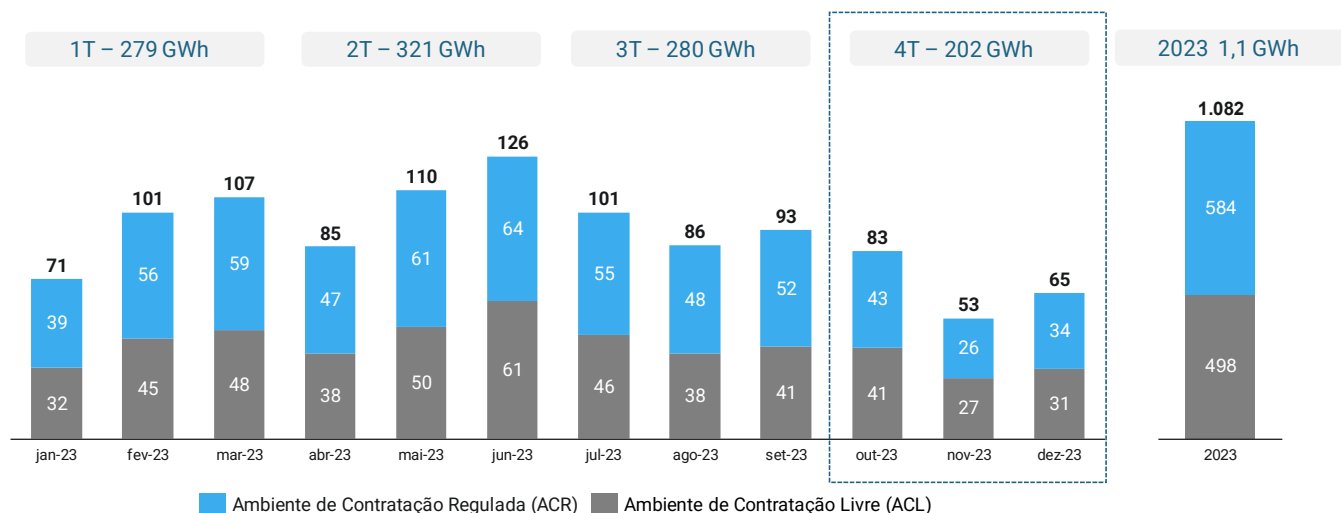


2. Geração

2.1 Produção de Energia

Apresentamos abaixo a produção de energia apurada durante o ano de 2023 no Complexo Alto Sertão III – Fase A.

A produção no quarto trimestre de 2023, foi de 202 GWh, apresentando uma queda de 28%, ou 78 GWh, comparada ao trimestre anterior, e pode ser atribuída tanto às necessárias manutenções nos equipamentos quanto as oscilações nos recursos naturais da região.



3. Informações Financeiras

3.1 Demonstrações de Resultados

No quarto trimestre de 2023, o Grupo Renova apresentou lucro líquido de R\$ 125,9 milhões e margem de 248,8%, contra R\$ 750,3 milhões e margem de 1.171% no mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 2023, o prejuízo foi de R\$ 9,2 milhões, contra lucro líquido de R\$ 777,1 milhões no fechamento de 2022.

O principal fator que causou a variação, é a reversão do valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, de R\$ 819,8 milhões que ocorreu em 2022.

Além disso, no quarto trimestre de 2023, tivemos o registro do início da contabilização dos compromissos futuros marcação a mercado, na nossa comercializadora, que impactou positivamente em R\$ 167,6 milhões.

O quadro abaixo apresenta o resumo das demonstrações de resultados:

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Receita operacional bruta	56.002	69.483	-19,4%	250.676	221.557	13,1%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(5.418)	(5.411)	0,1%	(22.838)	(15.154)	50,7%
Receita operacional líquida (ROL)	50.584	64.072	-21,1%	227.838	206.403	10,4%
Compra de energia ¹	(6.419)	(5.301)	21,1%	(17.998)	(59.800)	-69,9%
Encargos regulatórios	(6.163)	(4.999)	23,3%	(24.104)	(10.962)	119,9%
Custos operacionais	(27.002)	(14.681)	83,9%	(82.059)	(33.409)	145,6%
Depreciação	(23.270)	(26.511)	-12,2%	(97.784)	(43.747)	123,5%
Compromissos futuros marcação a mercado	167.560	-	n.a	167.560	-	n.a
Lucro bruto	155.290	12.580	1134,4%	173.453	58.485	196,6%
Despesas administrativas	61.392	(40.528)	n.a	24.917	(99.640)	n.a
Depreciação administrativa	(1.322)	(8.495)	-84,4%	(4.942)	(9.907)	-50,1%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	819.755	n.a	-	819.755	n.a
Receitas e Despesas Financeiras	(31.035)	(37.183)	-16,5%	(149.536)	(214.585)	-30,3%
Ganho na alienação de ativos	-	8.498	n.a	6.878	233.818	-97,1%
IR e CS	(58.469)	(4.344)	1246,0%	(60.008)	(10.806)	455,3%
Lucro / Prejuízo Líquido	125.856	750.283	-83,2%	(9.238)	777.120	n.a
<i>Margem líquida</i>	<i>248,8%</i>	<i>1171,0%</i>	<i>-</i>	<i>-4,1%</i>	<i>376,5%</i>	<i>-</i>

¹Abertura da rubrica Compra de energia a partir do 3T23

Conforme demonstrado no quadro abaixo, em 2023, o prejuízo líquido ajustado foi de R\$ 16,1 milhões, redução de 94,2% comparado ao mesmo período do ano anterior. A Companhia teve um ganho na alienação de R\$ 6,9 milhões, decorrente da venda Serra do Tigre.

E, no fechamento de 2022, houve um ganho na venda de ativos no valor de R\$ 233,8 milhões e reversão do valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 819,8 milhões, resultando em um prejuízo líquido ajustado de R\$ 276,5 milhões.



(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Lucro / Prejuízo Líquido	125.856	750.283	-83,2%	(9.238)	777.120	n.a
Ganho na alienação de ativos	-	8.498	n.a	6.878	233.818	-97,1%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	819.755	n.a	-	819.755	n.a
Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado	125.856	(77.970)	n.a	(16.116)	(276.453)	-94,2%

3.2 Receita Operacional

A receita operacional líquida no quarto trimestre de 2023, foi de R\$ 50,6 milhões, retração de 21,1% em relação ao mesmo trimestre de 2022.

Conforme demonstrado abaixo, a receita líquida eólica, teve uma queda de 68,7% contra o mesmo trimestre do ano anterior. Já a comercialização de energia, houve um acréscimo de 15,7%, comparado ao mesmo período de 2022.

No acumulado do ano de 2023, a receita líquida foi de R\$ 227,8 milhões, acréscimo de 10,4% versus o mesmo período do ano anterior.

O principal fator foi a baixa disponibilidade registrada no Complexo, principalmente no quarto trimestre de 2023. Adicionalmente, os eventos de restrição de geração impactaram em 11% na geração de energia dos parques. No ano, fomos impactados em 4% o que representa aproximadamente 43 GWh.

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Receita líquida - Eólicas	8.745	27.905	-68,7%	82.520	92.632	-10,9%
Receita líquida - PCHs	-	-	n.a	-	20.722	n.a
Receita líquida - Comercialização de energia	41.839	36.167	15,7%	145.318	93.049	56,2%
Receita operacional líquida (ROL)	50.584	64.072	-21,1%	227.838	206.403	10,4%

3.3 Custos Operacionais

No quarto trimestre de 2023, os custos totalizaram R\$ 39,6 milhões, representando um aumento de 58,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Houve um dispêndio adicional na rubrica serviços de terceiros, gasto esse com parceiro para regularização da disponibilidade do Complexo.

Outro fator, é a rubrica de compra de energia, ressarcimento e penalidades, que no fechamento de 2023, apresentou uma redução no gasto de 72,1%.

Cabe ressaltar que o *ramp up* do Complexo ASIII teve como marco inicial, o primeiro trimestre de 2022 e concluído no quarto trimestre do mesmo ano, gerando impacto nas rubricas de serviços e terceiros, seguros e encargos de uso do sistema de transmissão.



Abaixo, demonstrativo dos custos operacionais:

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Serviços de Terceiros	24.132	10.562	128,5%	72.455	23.291	211,1%
Seguros	2.177	2.234	-2,6%	7.783	3.787	105,5%
Compra de energia, ressarcimento e penalidades	6.980	7.041	-0,9%	17.998	64.600	-72,1%
Material de Uso e Consumo	102	9	1033,3%	1.637	241	579,3%
Repactuação do risco hidrológico	-	-	-	-	1.016	n.a
Encargos de uso do sistema de transmissão	6.163	4.999	23,3%	24.104	10.962	119,9%
Outras	30	136	-77,9%	184	274	-32,8%
Total	39.584	24.981	58,5%	124.161	104.171	19,2%

3.4 Despesas Consolidadas

No acumulado de 2023, as despesas totalizaram R\$ 20,0 milhões, redução de 97,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principais elementos as rubricas de Contingências cíveis e trabalhistas e Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

As principais rubricas no quarto trimestre e acumulado de 2023 estão apresentadas a seguir:

- **Serviços de terceiros:** referem-se a gastos com consultoria, auditoria, advogados e publicação de balanços. No quarto trimestre e fechamento de 2023, foram reconhecidas despesas com manutenção, limpeza e segurança dos parques que não estavam em operação, houve uma redução de aproximadamente 50%, em linha com o plano de redução de custos.
- **Despesas administrativas:** redução de 10,7% refletindo melhor eficiência de gastos.
- **Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias:** no quarto trimestre de 2023, houve um aumento considerável de 226,3%. Aumento decorrente, principalmente, a acordos realizados com a classe I. Já no fechamento anual de 2023, houve uma redução de 91,2%, devido a multa editalícia que ocorreu em 2022.
- **Seguros:** no quarto trimestre de 2023, houve um acréscimo de 76,2% frente ao mesmo período de 2022, o aumento foi devido a contratação de uma apólice de risco de engenharia e apólice de responsabilidade civil de obras para instalação de equipamentos que estavam em manutenção.
- **Contrato oneroso:** em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesses contratos é inferior ao preço da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.
- **Despesas Regulatórias:** reversões de Outorgas e Penalidades para Fase B e Ler 13/ 14



realizadas em outubro e dezembro de 2023.

A seguir, quadro com a relação das despesas do quarto trimestre, assim como do fechamento anual de 2023 contra o mesmo período de 2022:

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Pessoal e Administração	8.421	8.753	-3,8%	30.293	24.595	23,2%
Serviços de Terceiros	3.930	7.870	-50,1%	13.113	25.518	-48,6%
Despesas Administrativas ¹	1.302	1.458	-10,7%	4.459	5.950	-25,1%
Seguros	1.487	844	76,2%	4.679	4.360	7,3%
Impostos e taxas	51	118	-56,8%	657	1.524	-56,9%
Contingências cíveis e trabalhistas	2.545	780	226,3%	2.397	27.337	-91,2%
Despesas Regulatórias ²	(79.760)	20.266	n.a	(77.738)	38.028	n.a
Contrato oneroso	-	-	n.a	-	(23.465)	n.a
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(819.755)	n.a	-	(819.755)	n.a
Indenizações contratuais	(3.940)	-	n.a	-	-	n.a
Depreciação	1.322	8.495	-84,4%	4.942	9.907	-50,1%
Outras	4.572	439	941,5%	(2.777)	(4.207)	-34,0%
Total	(60.070)	(770.732)	-92,2%	(19.975)	(710.208)	-97,2%

¹ Despesas Administrativas considera Viagens, Telefonia e TI e Material de Consumo.

² Despesas Regulatórias considera Taxas, Ressarcimentos e Penalidades.

³ Outras considera: aluguéis e arrendamentos, licenças e estudos ambientais e outras despesas (receitas)

3.5 EBITDA e EBITDA ajustado

No quarto trimestre de 2023, o EBITDA atingiu R\$ 240,0 milhões, queda de 71,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, e a margem EBITDA alcançou 474,4%.

No acumulado de 2023, o EBITDA atingiu R\$ 303,0 milhões, e margem de 133%, redução de 71,3% se comparar com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando os efeitos de (i) resultado de compromissos futuros, (ii) penalidades e (iii) reversão de outorga, o EBITDA ajustado no quarto trimestre de 2024, atingiu R\$ 11,3 milhões, queda de 71,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2023, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 67,5 milhões, contra R\$ 75,4 milhões no mesmo período do ano anterior, ou redução de 10,5%.

Conforme apresentado abaixo:



(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Receita operacional líquida (ROL)	50.584	64.072	-21,1%	227.838	206.403	10,4%
Lucro/ Prejuízo líquido	125.856	750.283	-83,2%	(9.238)	777.120	n.a
(+) IR e CS	58.469	4.344	1246,0%	60.008	10.806	455,3%
(+) Depreciação e Amortização	24.592	35.006	-29,7%	102.726	53.654	91,5%
(+) Despesas Financeiras	31.792	38.450	-17,3%	152.875	231.495	-34,0%
(-) Receitas Financeiras	(757)	(1.267)	-40,3%	(3.339)	(16.910)	-80,3%
EBITDA¹	239.952	826.816	-71,0%	303.032	1.056.165	-71,3%
Margem EBITDA	474,4%	1290,4%	-816,1 p.p.	133,0%	511,7%	-378,7 p.p.
(+) Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(819.755)	n.a	-	(819.755)	n.a
(+) Ganho/Perda da venda de ativos	-	(8.498)	n.a	(6.878)	(233.818)	-97,1%
(-) Multa sobre ressarcimento	-	7.865	n.a	-	7.865	n.a
(-) Penalidades Regulatórias ²	-	33.645	n.a	-	64.938	n.a
(-) Reversão Outorga Fase B	(61.080)		n.a	(61.080)		n.a
(-) Compromissos futuros marcação a mercado	(167.560)	-	n.a	(167.560)	-	n.a
EBITDA ajustado¹	11.312	40.073	-71,8%	67.514	75.395	-10,5%
Margem EBITDA ajustado	22,4%	62,5%	-40,2 p.p.	29,6%	36,5%	-6,9 p.p.

¹ EBITDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e não revisada pelos auditores independentes, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social.

² Multa editalícia R\$ 31.293, multa sobre ressarcimento (LER 2013 e LER 2014) R\$ 7.865, penalidades por insuficiência de lastro R\$ 4.549, multa pelo cancelamento da CUST R\$ 21.231.

3.6 Resultado Financeiro

A Companhia apresentou um resultado líquido financeiro negativo no montante de R\$ 31,0 milhões no quarto trimestre de 2023, redução de 16,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 2023, totalizou R\$ 149,6 milhões negativo, redução de 30,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A principal rubrica que impactou na melhora do resultado, foi o término de juros com partes relacionadas. Além disso, o menor saldo de caixa impactou a receita financeira em 40,3% no quarto trimestre de 2023.

Abaixo, detalhamento do resultado financeiro da Companhia:

(Valores em R\$ mil)	4T23	4T22	Variação %	2023	2022	Variação %
Receitas Financeiras	757	1.267	-40,3%	3.339	16.910	-80,3%
Rendimentos Aplicações Financeiras	691	1.478	-53,2%	2.933	16.795	-82,5%
Outras Receitas Financeiras	66	(211)	n.a	406	115	253,0%
Despesas Financeiras	(31.792)	(38.450)	17,3%	(152.875)	(231.495)	34,0%
Encargos de Dívida	(29.784)	(30.764)	3,2%	(124.735)	(137.466)	9,3%
Juros Partes Relacionadas ¹	-	193	n.a	-	(59.779)	n.a
Outras Despesas Financeiras ²	(2.008)	(7.879)	74,5%	(28.140)	(34.250)	17,8%
Resultado Financeiro	(31.035)	(37.183)	16,5%	(149.536)	(214.585)	30,3%

¹ Ajuste realizado entre linhas nas rubricas Juros Partes Relacionadas e Outras Despesas Financeiras no 3T22 e 9M22.

² Outras Despesas Financeiras consideram: Juros, penalidade antecipação DIP, perda nos investimentos.



3.7 Recuperação Judicial

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo em cada classe, em 31 de dezembro de 2023:

Classes	Saldo em 31/12/2022	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2023
Classe I - credores trabalhistas	1.420	341	(971)	(680)	8	118
Classe II - credores com garantia real	959.144	-	(44.845)	-	120.975	1.035.274
Classe III - credores quirografários	310.640	23.972	(25.262)	(30.554)	5.972	284.768
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	744	-	-	-	98	842
Extraconcursal	28.309	-	(1.316)	-	3.565	30.558
Total	1.300.257	24.313	(72.394)	(31.234)	130.618	1.351.560

3.8 Empréstimos e Financiamentos

Abaixo, detalhamento do endividamento da Companhia junto aos bancos inclusos no PRJ que totaliza, no consolidado, R\$ 1.074 bilhão, sendo, R\$ 1.035 bilhão da Classe II, R\$ 8,8 milhões da Classe III e R\$ 30,6 milhões de extraconcursal, excluindo caixa e equivalente de caixa, o montante líquido é R\$ 1.057 bilhão.

Renova Energia			
Contrato	Taxa ¹	Prazo	R\$ mil
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica	100% CDI ^a	14/08/2031	334.907
Banco Bradesco	100% CDI ^a	14/08/2031	398.238
Banco Itaú	100% CDI ^a	14/08/2031	145.697
Citibank	100% CDI ^a	14/08/2031	98.154
Banco ABC	100% CDI ^a	14/08/2031	58.278
Citibank	100% CDI ^a	14/08/2034	30.558
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR ^b	14/08/2034	4.461
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ^b	14/08/2034	4.333
Total de Empréstimos e Financiamentos			1.074.626
Disponibilidades ²			17.600
Total de Empréstimos e Financiamentos Líquido			1.057.026

¹ As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial;

² Considera caixa e equivalentes de caixa;

^a Credores classe II; e

^b Credores classe III.



3.9 Fluxo de Caixa (R\$ milhões)

No quarto trimestre de 2023, o caixa da Companhia reduziu de R\$ 10,0 milhões em relação à posição de 30 de setembro de 2023.

As variações são decorrentes de:

- **Operacional (- R\$ 8,4 MM):** queda de caixa nas atividades operacionais, se comparadas com o 3T23 devido, principalmente, aos novos valores de ressarcimento dos contratos LER 13, menor geração devido ao ciclo de vento do ASIII.
- **Pagamento PRJ (- R\$ 4,3 MM):** redução de R\$ 3,4 milhões referente a pagamentos das Classe II e R\$ 900 mil referente a Classe III, realizados no terceiro trimestre e que não aconteceram no quarto trimestre de 2023.
- **Investimentos (+ R\$ 2,7 MM):** gasto com investimentos, que estão vinculados ao pagamento de fornecedores de equipamentos da fase de implantação dos parques eólicos e dos projetos em desenvolvimento.



*considera caixa e equivalente de caixa.

3.10 Balanço Patrimonial

A Companhia apresentou, no acumulado de 2023, o patrimônio líquido houve uma melhora de R\$ 22,1 milhões, principal variação no aumento de capital social realizado no primeiro trimestre de 2023 já os prejuízos acumulados, houve acréscimo de R\$ 9,2 milhões contra 2022.

Conforme quadro apresentado abaixo:



Balço Patrimonial					
Valores em R\$ mil					
Ativo Consolidado			Passivo Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Circulante	138.882	116.702	Circulante	437.914	341.621
Caixa	17.600	63.773	Empréstimos e Financiamentos	172.754	49.939
Aplicações financeiras	5.180	4.282	Fornecedores	63.750	58.392
Clientes	32.930	30.367	Tributos a recolher	15.033	15.509
Tributos a recuperar	20.300	13.032	Salários, encargos e férias a pagar	7.220	9.111
Partes relacionadas	-	-	Contas a pagar - CCEE	48.699	37.621
Adiantamentos a fornecedores	1.620	1.127	Arrendamentos a pagar	1.395	3.686
Despesas antecipadas	4.114	3.832	Outras contas a pagar	95.237	167.363
Compromissos Futuros	52.443	-	Compromissos futuros	33.477	-
Outros	4.433	289	Adiantamentos de clientes	22	-
			Partes relacionadas	-	-
Ativos mantidos para venda	262	-	Passivos diretamente ass. a ativos mantidos para venda	327	-
Não Circulante	2.937.256	2.697.717	Não Circulante	1.705.204	1.561.836
Aplicações financeiras	312	278	Fornecedores	215.284	192.924
Outros	9.454	10.838	Empréstimos e Financiamentos	901.872	950.914
Imobilizado	2.622.001	2.686.601	Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	204.388	196.614
Compromissos Futuros	305.489	-	Compromissos futuros	156.894	-
			Outros	226.766	221.384
			Patrimônio Líquido	933.020	910.962
			Capital Social	4.170.394	4.139.098
			(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)
			Reserva de Capital	1	1
			Prejuízos Acumulados	(3.195.618)	(3.186.380)
Ativo Total	3.076.138	2.814.419	Passivo Total	3.076.138	2.814.419

4. Estrutura Acionária

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.170.394.390 (bruto dos custos de emissão de ações) dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, conforme abaixo:



Renova Energia S.A. *						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. Em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outro acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. Em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
Bndespar	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Ricardo Lopes Delneri	3.943.770	3,16%	10.865.714	8,71%	14.809.484	5,94%
Free Float	21.435.588	17,18%	39.441.689	31,62%	60.877.277	24,40%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

¹ possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDES PAR

5. Questões Ambientais, Sociais e Governança

5.1 Meio Ambiente

No projeto Alto Sertão III em operação no estado da Bahia, foi realizada a 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento do Empreendimento – CAE realizada em 14 de dezembro de 2023. Os membros da Comissão (representantes Governamentais, Não-Governamentais e líderes comunitários), tiveram a oportunidade de trocar informações acerca da fase de operação deste empreendimento, contemplando os aspectos de atendimento às condicionantes, com as atualizações da execução dos programas básicos ambientais.



Figura 1 - Convite da 22ª Reunião da CAE

Durante a reunião foi explanado sobre a origem do Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB, o referido museu objetiva a “preservação do patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando esse território como campo de pesquisa e de intervenção social”.

Nesse contexto e ao longo de todo o processo as pesquisas arqueológicas realizadas desde 2010, durante o licenciamento ambiental dos Parques Eólicos da Renova Energia têm possibilitado a identificação de um patrimônio arqueológico significativo, envolvendo, até o momento, o estudo de 178 sítios arqueológicos e 345 sítios históricos de interesse arqueológico.

Já foram coletadas mais de 30 mil peças arqueológicas, que, em conjunto com a documentação gerada, fornecem referências de grande relevância para a história dessa porção do território do Alto Sertão da Bahia e atingir seu maior objetivo que é seu compromisso com o desenvolvimento e fortalecimento do território de modo que todo o material arqueológico resgatado no âmbito do licenciamento está guardado no acervo do museu. Vale ressaltar que esta foi uma das ações dos projetos de iniciativa



privada da Companhia, inseridas no âmbito do Programa Catavento.

Outrossim, foi realizada visita técnica dos membros ao Centro de Operações da Renova Energia – COREN onde oportunizou-se aos presentes conhecer o sistema de operação e monitoramento da produção de energia do Empreendimento Eólico Alto Sertão III – COREN.

Deste modo, a Renova Energia consolida o canal para o diálogo entre os setores envolvidos e afetados, direta ou indiretamente, pelo referido empreendimento, celebrando o fortalecimento da relação com as partes interessadas.



Figura 2 - Peça da palestra da Campanha

Com o objetivo de sensibilizar os colaboradores da Renova Energia e das empresas contratadas para atitudes de cuidados e prevenção, foram executadas por profissionais especializados as campanhas socioeducativas do Programa de Comunicação Social, destacando-se a realização das campanhas Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio), Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama) e Novembro Azul (prevenção ao câncer de próstata). A Equipe Social da Renova Energia deu seguimento às campanhas através da distribuição de material informativo em meio digital e impresso destinados à matriz de partes interessadas para divulgação nos murais das escolas e empresas.

5.2 Social



Imagem 1 - Visita técnica de alunos aos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III.

A Renova Energia participou da 2ª Feira de Negócios do município de Pindaí/ BA com a exposição de artesanatos e produtos da agricultura familiar. Durante o evento, a equipe social da Companhia realizou ação voltada para a educação ambiental com debates sobre o meio ambiente, palestras educativas e informativas voltadas a agricultura familiar e empreendedorismo, assim como a realização de plantio de sementes.

Ademais, foi realizada visita técnica aos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III com alunos e professores de escolas da região do Empreendimento. Tiveram a oportunidade de acompanhar a montagem do tramo de um aerogerador no parque eólico, bem como conhecimentos técnicos do processo de implantação e operação de um

parque eólico, agregando a esses estudantes a internalização da relevância do tema de geração de energia renovável e estimulando a boa relação de vizinhança entre empreendimento e comunidade.



6. Riscos e Conformidade

A área de Compliance tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: **Relações Comunitárias**.

A Companhia desenvolve ações sustentáveis, consecutivamente legitimadas pelas comunidades e que, portanto, contribuem para o estabelecimento de relacionamentos de longo prazo, pautados na ética, na confiança e credibilidade da empresa para com as pessoas e comunidades de onde atua, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

7. Projetos da Companhia

7.1 Complexo Alto Sertão III – Fase A

O Alto Sertão III – Fase A possui 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW – 155 Turbinas GE, e entrou em operação comercial em dezembro de 2022. A energia é comercializada nos mercados livre e regulado, 53,3% e 46,7%, respectivamente.



Imagem 2 Complexo Alto Sertão III - Fase A

7.2 Complexo Solar Caetité



Imagem 3 Complexo Solar Caetité

O Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, tem capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.200 módulos/placas de 245W cada e 4 inversores.

A usina está concluída e aguardando as obras de conexão e terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída, atendendo consumidores locais.



7.3 Projetos em desenvolvimento

Em fase de desenvolvimento a Companhia possui diversos projetos com licença ambiental, certificações concedidas e em fase inicial de desenvolvimento com potência estimada em cerca de 7 GW eólicos e 2 GW solares, localizados em diversos estados do Brasil.

7.3.1 Localização aproximada dos projetos eólicos

As licenças ambientais concedidas aos projetos em desenvolvimento estão em manutenção constantes, bem como o atendimento dos seus condicionantes garantindo o cumprimento dos requisitos legais.

Projetos eólicos totalizando 7 GW de capacidade nos estados: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.



7.3.2 Localização aproximada dos projetos solares

Possuímos um cluster de projetos solares na região de Caetité, região de maior irradiação solar no Brasil e com alto potencial de desenvolvimento, totalizando 420MW em estágio avançado.



8. Glossário

ACL – Ambiente de Contratação Livre

ACR – Ambiente de Contratação Regulada

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Complexo Alto Sertão III – Fase A (“AS III – Fase A”) – Composto por 26 parques eólicos, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 2014 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,6 MW;

Complexo Solar Caetité – Parque solar com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.200 placas de 245W cada e 4 inversores, localizado no sudoeste da Bahia, que comercializará energia na modalidade de geração distribuída;

Market-to-Market (MtM) – *Market-to-Market* ou compromissos futuros de compra e venda de energia, têm como objetivo refletir os efeitos positivos e negativos dos contratos negociados. Estes são mensurados ao valor justo, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward*. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como *Market-to-Market* (MtM), além de fornecer uma avaliação mais precisa do valor atual de um ativo, refletindo as condições de momento do mercado.

Curtailment ou Constrained-off - Cortes ou reduções de produção de energia, ordenadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EBITDA – *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*, lucro líquido adicionado das despesas com imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro e depreciação.

ESG – Sigla em inglês para “*environmental, social and governance*” (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa;

LER – Leilão de Energia de Reserva;

Mercado Livre – Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização;

Mercado Regulado – Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL;

ONU – Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional;

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas;

PPR – Programa de Participação de Resultados;

Preço PLD – Preço da Liquidação das Diferenças, serve como referência para os preços no Mercado Livre de Energia e é utilizado para valorar a energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de dezembro de 2023 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a **Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial** e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em 10 de dezembro de 2023, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado geral, que celebrou em 08 de dezembro de 2023, novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III. A Companhia está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de forma a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real para uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza civil, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Com base na opinião de seus assessores jurídicos e no melhor entendimento da Administração, em 31 de dezembro de 2023, para os processos considerados de perda provável, foi constituída provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 204.388 mil (consolidado). Adicionalmente, existem diversos processos de natureza civil e trabalhista, considerados como de perda possível pelos assessores jurídicos, no montante de R\$ 302.775 mil, para os quais nenhuma provisão para contingência foi constituída. Consideramos que esse assunto foi importante na nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos nos processos, o alto grau de julgamento que envolve a classificação das chances de êxito de cada processo e a estimativa de valor, a determinação se uma provisão deve ser constituída e a probabilidade de desembolso financeiro.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Entendimentos sobre os controles internos que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações das contingências em nota explicativa;
- (ii) Obtenção de confirmação externa diretamente com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos;
- (iii) Discussão com a Administração acerca da classificação das chances de êxito de cada processo e a evolução dos principais processos judiciais em aberto;
- (iv) Verificação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base na execução dos procedimentos acima mencionados, consideramos que as estimativas das provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas estão adequadas, assim como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor Justo dos contratos futuros

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, os contratos de compromissos futuros celebrados pela controlada Renova Comercializadora são mensurados ao valor justo, utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia. O resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo. Considerando a relevância dos saldos e a existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos futuros, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas que poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e registro das operações de contratos futuros;
- (ii) Testes amostrais de documentos para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de energia;
- (iii) Avaliação da adequação do preço futuro de energia e demais premissas que foram utilizadas pela Companhia para determinar o valor justo dos contratos;
- (iv) Avaliação da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Com base nos procedimentos acima executados, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre esse assunto nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas - informação suplementar

As Demonstrações, individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 28 de março de 2024.

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

31 de dezembro de 2023





ÍNDICE	(Página)
Balanços patrimoniais.....	29
Demonstrações dos resultados	31
Demonstrações dos resultados abrangentes	32
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	33
Demonstrações dos fluxos de caixa	34
Demonstrações do valor adicionado	36

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	37
2. Principais políticas contábeis.....	46
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas.....	53
4. Das autorizações vigentes	54
5. Comercialização de energia.....	56
6. Segmentos operacionais	56
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	58
8. Contas a receber de clientes	58
9. Tributos a recuperar.....	58
10. Investimentos	59
11. Imobilizado	65
12. Direito de uso – Arrendamentos	74
13. Fornecedores	76
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas.....	77
15. Tributos a recolher	81
16. Contas a pagar - CCEE (consolidado).....	82
17. Outras contas a pagar	83
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	85
19. Compromissos futuros	90
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	91
21. Receita líquida	92
22. Custos e despesas (receitas).....	92
23. Resultado financeiro	94
24. Imposto de renda e contribuição social	95
25. Transações com partes relacionadas	96
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	101
27. Lucro (prejuízo) por ação.....	107
28. Ativos classificados como mantidos para venda	108
29. Cobertura de Seguros.....	109
30. Transações não envolvendo caixa	110



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	246	249	17.600	63.773
Aplicações financeiras	7	-	-	5.180	4.282
Contas a receber de clientes	8	-	-	32.930	30.367
Tributos a recuperar	9	743	2.753	20.300	13.032
Partes relacionadas	25	44.768	73.200	-	-
Adiantamentos a fornecedores		535	1.068	1.620	1.127
Despesas antecipadas		118	98	4.114	3.832
Compromissos futuros	19	-	-	52.443	-
Outros créditos		1.616	211	4.433	289
		48.026	77.579	138.620	116.702
Ativos classificados como mantidos para venda	28	262	-	262	-
Total dos ativos circulantes		48.288	77.579	138.882	116.702
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	312	278	312	278
Depósitos judiciais		2.428	8.002	4.595	9.451
Tributos diferidos		-	-	4.799	1.327
Partes relacionadas	25	250	148.810	-	-
Compromissos futuros	19	-	-	305.489	-
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	1.229.009	1.300.615	-	-
Imobilizado	11	117.348	106.590	2.622.001	2.686.601
Total dos ativos não circulantes		1.349.407	1.564.355	2.937.256	2.697.717
TOTAL DOS ATIVOS		1.397.695	1.641.934	3.076.138	2.814.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	7.700	10.250	63.750	58.392
Empréstimos e financiamentos	14	4.938	1.425	172.754	49.939
Tributos a recolher	15	3.029	4.824	15.033	15.509
Salários, encargos e férias a pagar		6.393	8.221	7.220	9.111
Contas a pagar - CCEE	16	-	-	48.699	37.621
Arrendamentos a pagar	12	1.025	3.258	1.395	3.686
Outras contas a pagar	17	94.722	87.203	95.237	167.363
Compromissos futuros	19	-	-	33.477	-
Adiantamentos de clientes		-	-	22	-
Partes relacionadas	25	30.486	30.486	-	-
		148.293	145.667	437.587	341.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	327	-	327	-
Total dos passivos circulantes		148.620	145.667	437.914	341.621
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	18.707	22.366	215.284	192.924
Empréstimos e financiamentos	14	25.620	31.091	901.872	950.914
Debêntures privadas	14	56.024	61.135	-	-
Tributos a recolher	15	263	5.020	263	8.030
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	19	-	-	56.971	
Contas a pagar - CCEE	16	-	-	57.048	38.143
Arrendamentos a pagar	12	7.822	7.705	23.663	22.774
Partes relacionadas	25	12.055	-	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	10	25.692	268.711	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	18	121.158	113.416	204.388	196.614
Provisão para desmantelamento	11.11	-	-	24.818	23.235
Compromissos futuros	19	-	-	156.894	-
Outras contas a pagar	17	48.714	75.861	64.003	129.202
Total dos passivos não circulantes		316.055	585.305	1.705.204	1.561.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	4.170.394	4.139.098	4.170.394	4.139.098
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.195.618)	(3.186.380)	(3.195.618)	(3.186.380)
Total do patrimônio líquido		933.020	910.962	933.020	910.962
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.397.695	1.641.934	3.076.138	2.814.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	227.838	206.403
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		-		(17.998)	(59.800)
Custo de operação		-		(82.059)	(33.409)
Depreciações e amortizações	11	-	(88)	(97.784)	(43.747)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-		(24.104)	(10.962)
Total	22	-	(88)	(221.945)	(147.918)
Compromissos futuros marcação a mercado	19	-	-	167.560	-
RESULTADO BRUTO		-	(88)	173.453	58.485
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(16.660)	(13.576)	(56.872)	(89.775)
Depreciações e amortizações	11	(4.449)	(9.263)	(4.942)	(9.907)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado		-	-	-	819.755
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.924	647	81.789	(9.865)
Total	22	(16.185)	(22.192)	19.975	710.208
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	20.989	663.820	-	-
Ganho na alienação de ativos	1.1.1 e 1.1.2	6.802	233.818	6.878	233.818
Total		11.606	875.446	26.853	944.026
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.606	875.358	200.306	1.002.511
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.478	8.842	3.339	16.910
Despesas financeiras		(26.168)	(107.080)	(152.875)	(231.495)
Total	23	(23.690)	(98.238)	(149.536)	(214.585)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.084)	777.120	50.770	787.926
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-		(8.804)	(11.145)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		2.846		(51.204)	339
Total	24	2.846	-	(60.008)	(10.806)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(9.238)	777.120	(9.238)	777.120
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27	(0,06)	5,01		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(9.238)	777.120	(9.238)	777.120
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(9.238)</u>	<u>777.120</u>	<u>(9.238)</u>	<u>777.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (negativo) controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Ágio	Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	1	-	(3.963.500)	(655.320)
Aumento de capital social – com emissão de ações		789.162	-	-	-	-	789.162
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	777.120	777.120
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		4.139.098	(41.757)	1	-	(3.186.380)	910.962
Aumento de capital social – com emissão de ações	20.b	31.296	-	-	-	-	31.296
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(9.238)	(9.238)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	20	4.170.394	(41.757)	1	-	(3.195.618)	933.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.238)	777.120	(9.238)	777.120
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11	4.448	9.351	102.726	53.654
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11	-	-	-	(819.755)
Compromissos futuros marcação a mercado	19	-	-	(167.561)	
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11	-	-	3.115	981
Comissões e outras penalidades	14	-	384	-	384
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.790	25.113	124.735	137.466
Atualização e provisão CCEE	16	-	-	52.692	20.717
Multa sobre ressarcimento	16	-	-	-	7.865
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	8.388	5.529	8.420	37.142
Provisão (reversão) para contrato oneroso		-	-	-	(23.465)
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(60)	(5.174)	(2.933)	(16.795)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas		(2.197)	57.174	-	59.779
Juros sobre contas a pagar		9.576	6.081	11.835	18.816
Juros sobre passivo de arrendamento	12	252	2.709	1.587	4.228
Atualização da provisão para desmantelamento	11.11	-	-	1.583	993
Atualização de depósitos judiciais		(101)	162	(28)	205
Tributos diferidos ativos		-	-	(3.472)	(740)
Ganho na alienação de ativos	1.1	(6.878)	(233.818)	(6.878)	(233.818)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(20.989)	(663.820)	-	-
Créditos fiscais - Base negativa CSLL		(2.846)	-	(4.262)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.563)	(22.633)
Depósitos judiciais		1.468	(5.362)	677	(6.357)
Tributos a recuperar		2.010	(1.693)	(7.268)	(117)
Despesas antecipadas		(20)	20	(282)	10
Adiantamentos a fornecedores		533	452	(493)	(741)
Outros créditos		(1.405)	334	(4.144)	277
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(13.781)	(37.748)	(14.439)	(76.550)
Adiantamento de clientes		-	-	22	-
Tributos a recolher		(3.341)	(3.703)	7.868	(3.589)
Tributos diferidos passivos		-		56.971	-
Salários e férias a pagar		(7.762)	(840)	(8.136)	1.534
Contas a pagar CCEE	16	-	-	(31.563)	(38.591)
Outras contas a pagar		6.701	(1.405)	(74.583)	26.419
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social					
		(134)	(268)	(8.525)	(4.379)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(1.937)	(60.728)	(21.480)	(127.817)
Pagamentos de contingências	18	(646)	(5.754)	(646)	(5.754)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(33.169)	(135.884)	3.740	(233.511)

- Continua -



- Continuação -

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	10	(16.638)	(269.234)	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1	7.631	387.677	7.631	387.677
Aplicações financeiras		26	5.150	2.001	15.241
Aquisição de imobilizado	11	(7.276)	(15.558)	(28.891)	(237.032)
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	10 e 25	6.138	-	-	-
Debentures privadas	14	-	1.154	-	-
Partes relacionadas	25	40.601	(11.757)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		30.482	97.432	(19.259)	165.886
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	20	62	90	62	90
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14	(5.006)	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14	(709)	(187.108)	(25.275)	(211.616)
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.662)	(4.410)	(5.441)	(7.122)
Partes relacionadas	25	11.999	(4.080)	-	(4.064)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		2.684	(195.508)	(30.654)	(222.712)
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3)	(233.960)	(46.173)	(290.337)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	249	234.209	63.773	354.110
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	246	249	17.600	63.773
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3)	(233.960)	(46.173)	(290.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS					
Vendas de energia	21	-	-	250.676	221.557
Compromissos futuros marcação a mercado				167.560	-
Outras receitas		5.986	3.531	6.300	11.553
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		-	-	(124.488)	(104.276)
		(9.163)	(9.323)	51.219	(78.649)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros				-	819.755
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	11.9	-	-	-	819.755
Valor adicionado bruto		(3.177)	(5.792)	351.267	869.940
Depreciação	11	(4.449)	(9.351)	(102.726)	(53.654)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(7.626)	(15.143)	248.541	816.286
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	10	20.989	663.820	-	-
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	6.802	233.818	6.878	233.818
Receitas financeiras		2.602	9.273	3.503	17.814
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		22.767	891.768	258.922	1.067.918
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		5.590	2.927	16.033	11.827
Honorários da administração		3.068	2.884	8.799	11.655
Benefícios		1.846	807	4.919	4.908
FGTS		994	390	2.381	2.119
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(938)	1.518	87.391	32.386
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		14.575	92.452	138.117	213.465
Aluguéis		184	33	201	54
Outros		6.686	13.637	10.319	14.384
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.238)	777.120	(9.238)	777.120
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		22.767	891.768	258.922	1.067.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em milhares de Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. - Em Recuperação Judicial (“Renova PCH”)	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em Recuperação Judicial ¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em Recuperação Judicial		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em Recuperação Judicial ¹	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em Recuperação Judicial	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.



Investimentos	Classificação	Descrição
<p>Centrais Eólicas Abil S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angico S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p>	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 ("LER 2013").
<p>Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p> <p>Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em Recuperação Judicial¹</p>	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em Recuperação Judicial ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em Recuperação Judicial ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").



Investimentos	Classificação	Descrição
<p>Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Ico S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em Recuperação Judicial³</p> <p>Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em Recuperação Judicial³</p>	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
<p>Renovapar S.A. - Em Recuperação Judicial</p> <p>SF 120 Participações Societárias S.A.</p>	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em Recuperação Judicial	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
<p>Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda²</p> <p>Taperoá Centrais Eólicas Ltda²</p>	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.



Investimentos	Classificação	Descrição
UFV Maracujá Ltda. UFV Gregal Ltda. UFV Lagoa Ltda. UFV Tambora Ltda. UFV Vatra Ltda. UFV Cachoeira Ltda. UFV Fotiá Ltda. UFV Morrinhos Ltda. UFV Iracema Ltda. UFV Azufre Ltda. UFV Junco Ltda. UFV Caraubas Ltda. UFV Quixabas Ltda.	Controladas diretas	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: investimento alienado em 15 de maio de 2023, conforme nota 1.1.1 e 1.1.2.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício

1.1.1 Venda de ativos - Serra do Tigre

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia assinou com o Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas tendo como objetivo a alienação da totalidade das quotas da controlada Serra do Tigre Centrais Eólicas Ltda, livre de quaisquer ativos ou obrigações, salvo pelos contratos de arrendamento listados no Anexo I do referido instrumento, pelo valor de R\$7.631.

Descrição	Valor
Valor da venda	7.631
Custo do investimento	(753)
Ganho na alienação	6.878

A venda foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 09 de março de 2023 e concluída em 15 de maio de 2023.

1.1.2 Acordo Indenização - Taperoá

Em 24 de novembro de 2022 a Companhia assinou com a Sequoia Capital Ltda. (“Sequoia”), o Instrumento Particular de transação, indenização e outras avenças com o objetivo de extinguir qualquer conflito entre as partes relacionados ao Projeto Cacimbas. Dentre outras obrigações, a Companhia cederá sua posição contratual nos contratos de arrendamento objeto do referido Instrumento.

Ademais, a Sequoia pagará a Companhia a título de indenização a quantia total de R\$18.000, cujo pagamento será realizado conforme segue:

R\$1.000 – um dia após Homologação Judicial da transação, recebidos em 09 de fevereiro de 2023 e reconhecidos na rubrica de indenizações;



R\$17.000 – em parcela única, corrigidos pelo IPCA a partir da data-base desta transação, condicionado ao cumprimento das obrigações da Companhia, no prazo de até 60 dias contados da assinatura do Contrato do Uso de Sistema de Transmissão (“CUST”), ou alternativamente, no prazo de 12 meses contados da expedição do Parecer de Acesso Positivo.

A operação foi homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 08 de fevereiro de 2023 e sua conclusão está sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas entre as partes.

1.1.3 Homologação do aumento do capital social

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 31.296, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. (Nota 20)

1.1.4 Pagamento de credores

Conforme Acordo entre partes, em agosto de 2023 a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela aos Credores com Garantia Real classe II, cujo o montante total é de R\$ 44,8 milhões, sendo que R\$ 10,6 milhões refere-se ao acordo de *Standstill*, acordo este que não possui taxas/juros adicionais conforme publicado no Fato Relevante de 13 de Agosto de 2023, e também, o pagamento realizado dos credores classe III, no valor de R\$ 25,2 milhões do Plano de Recuperação Judicial.

1.1.5 Suspensão da liminar contrato Light

Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light. A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão. (Nota 18)

1.2 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.



Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2023:

Classes	Saldo em 31/12/2022	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2023
Classe I - credores trabalhistas	1.420	341	(971)	(680)	8	118
Classe II - credores com garantia real	959.144	-	(44.845)	-	120.975	1.035.274
Classe III - credores quirografários	310.640	23.972	(25.262)	(30.554)	5.972	284.768
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	744	-	-	-	98	842
Extraconcursal	28.309	-	(1.316)	-	3.565	30.558
Total	1.300.257	24.313	(72.394)	(31.234)	130.618	1.351.560

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.



A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	5,00%	5,00%
2029	5,00%	5,00%
2030	5,00%	16,00%
2031	16,00%	18,00%

Em 11 de agosto de 2023, a Companhia celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real, referente à parcela semestral com pagamento previsto para 14 de agosto de 2023 (“Parcela Agosto/23”).

Por meio do Acordo, os credores com garantia real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R\$ 10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 (“Pagamento Parcial”); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrou em 15 de setembro de 2023.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia celebrou aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram devidamente homologados pelo Juízo da recuperação judicial, segundo previsto no acordo de *standstill* celebrado em 11 de agosto de 2023, que deixou de vigor nesta data.

Os aditamentos preveem que a parcela semestral que passaria a ser devida aos Credores com Garantia Real de 14 de agosto de 2023, com amortização parcial de R\$ 10.630 em 3 parcelas mensais e de igual valor, pagas no último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023.

Em 10 de dezembro de 2023, a Controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), a Companhia celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

A Companhia está finalizando a elaboração de um novo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial de forma a refletir os entendimentos acordados com os Credores com Garantia Real para uma nova extensão dos prazos e condições de pagamento, sem qualquer impacto para os demais credores da Companhia.



A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 2024	2,50%	2,50%
Ano 2025	2,50%	2,50%
Ano 2026	2,50%	2,50%
Ano 2027	2,50%	2,50%
Ano 2028	2,50%	2,50%
Ano 2029	2,50%	5,00%
Ano 2030	5,00%	5,00%
Ano 2031	5,00%	5,00%
Ano 2032	5,00%	5,00%
Ano 2033	5,00%	5,00%
Ano 2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.



Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.3 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$9.238, possui prejuízos acumulados de R\$3.195.618 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$100.267 (Controladora) e R\$298.967 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente ao resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$149.536 que está impactado pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores.

Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2023, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, composto por 26 parques eólicos, com capacidade instalada de 432,6 MW – 155 Turbinas GE. A energia gerada pelos parques é comercializada nos mercados livre e regulado, 53,3% e 46,7%, respectivamente.

A Companhia retomou a obra do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores. E terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída.

A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7,1 GW eólicos e 2,3 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em tramite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações anuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.



2. Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.



Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 262 de ativos classificados como mantidos para venda.

2.3.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.5 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.



O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.6 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, controladas diretas Itaparica e Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.7 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.



O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.



O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Aplicações financeiras (nota 7);
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 13);
- Empréstimos e financiamentos (nota 14);
- Contas a pagar – CCEE (nota 16); e
- Transações com partes relacionadas (nota 25).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.



2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2023:

Revisões e Norma impactadas	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
Pronunciamento Técnico CPC nº 50	Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	01/01/2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22	Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação	IAS 32	01.01.2023

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor na data base das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	AS 1, IAS 7, IFRS 16	01.01.2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidênciação)	IAS 12	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.

Para as normas ou alterações mencionadas acima a administração da Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.



3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 11.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 18.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 26.



d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.7.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 11.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

4. Das autorizações vigentes

4.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo) ¹	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapua VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.



4.2 Mercado livre (ACL)

EÓLICO

	Ref. Contrato	ANEEL	resolução	autorização	instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado Livre II) ⁽¹⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota (1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.



5. Comercialização de energia

5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	VALORES							PRAZO			
	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Energia anual	Preço	Preço	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
				contratada (MWh)	histórico MWh (R\$)	atualizado MWh (R\$)					
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA											
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	188,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	203,95	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	199,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	185,83	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	187,23	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	186,53	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	190,12	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	187,98	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	189,33	set-15	ago-35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	232,22	out-17	set-37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	232,22	out-17	set-37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	232,22	out-17	set-37	IPCA	outubro	

5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, com fornecimento de energia que totaliza 100,2 MW médios (*) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs foram alienadas em 06 de junho de 2022.
- Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.



As informações por segmento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023				
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	82.520	-	145.318	-	227.838
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	167.560	-	167.560
Custos não gerenciáveis	(24.092)	-	(12)	-	(24.104)
Margem Bruta	58.428	-	312.866	-	371.294
Custos gerenciáveis	79.997	(118)	(143.283)	(11.736)	(75.140)
Depreciações e amortizações	(98.277)	-	-	(4.449)	(102.726)
Ganho na alienação de ativos	76	-	-	6.802	6.878
Receita financeira	310	-	551	2.478	3.339
Despesa financeira	(124.513)	-	(2.194)	(26.168)	(152.875)
Imposto de renda e contribuição social	(7.329)	-	(55.525)	2.846	(60.008)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(91.308)	(118)	112.415	(30.227)	(9.238)

	31/12/2023				
Ativos totais	2.552.333	1	400.136	123.668	3.076.138
Passivos totais	1.390.783	-	355.893	396.442	2.143.118

	31/12/2022				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	20.722	92.632	93.049	-	206.403
Custos não gerenciáveis	(290)	(10.672)	-	-	(10.962)
Margem Bruta	20.432	81.960	93.049	-	195.441
Custos gerenciáveis	(7.305)	(134.323)	(38.283)	(12.938)	(192.849)
Depreciações e amortizações	-	(44.302)	-	(9.352)	(53.654)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	819.755	-	-	819.755
Ganho na alienação de ativos	214.111	19.707	-	-	233.818
Receita financeira	1.851	1.930	8.131	4.998	16.910
Despesa financeira	(2.442)	(121.690)	(1.553)	(105.810)	(231.495)
Imposto de renda e contribuição social	(1.458)	(3.754)	(5.594)	-	(10.806)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	225.189	619.283	55.750	(123.102)	777.120

	31/12/2022				
Ativos totais	-	2.658.250	36.860	119.309	2.814.419
Passivos totais	-	1.441.793	91.023	370.641	1.903.457



7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	7	13	43	47
Bancos conta movimento	239	236	507	3.482
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	17.050	64.526
Aplicações financeiras	312	278	5.492	278
Total	558	527	23.092	68.333
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	246	249	17.600	63.773
Aplicações financeiras	-	-	5.180	4.282
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	312	278	312	278
Total	558	527	23.092	68.333

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,82% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Comercialização Mercado livre	19.371	15.145
CCEE	13.559	15.222
Total	32.930	30.367

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 32 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a compensar	460	2.176	680	2.842
IRPJ Estimativa a Compensar	-	-	1.140	-
Saldo negativo de IRPJ a compensar	184	447	2.328	2.887
CSLL Estimativa a Compensar	-	-	410	-
COFINS a recuperar	-	-	8.255	2.212
PIS a recuperar	-	-	1.805	513
ICMS a recuperar	-	-	5.543	4.395
Outros tributos a compensar	99	130	139	183
Total	743	2.753	20.300	13.032

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2024.



10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.018.984	1.167.482
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.390	(1.089)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	701	(3.219)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(3.228)	(6.600)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(2.936)	(7.819)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	7.454	2.885
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	870	(2.638)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	297	(3.135)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	272	(2.398)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(3.552)	(7.394)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(3.364)	(7.082)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.382	1.021
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(4.243)	(6.693)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	5.765	3.479
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	5.288	2.547
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(2.069)	(3.926)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(1.446)	(2.835)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	48	(867)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.127)	(2.154)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	249	(746)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	612	(468)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	25.137	20.784
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	100.853	90.285
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(3.701)	(2.679)
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	12.132
Outras Participações	(26)	-
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	44.238	(206.969)
Total	1.203.317	1.031.904
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.229.009	1.300.615
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(25.692)	(268.711)
Total	1.203.317	1.031.904



10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2023					31/12/2022				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.717
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	-	37.540.023	100	374	-	(6)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.529.525.528	99,99	2.169.591	1.018.984	(152.096)	2.128.113.291	99,99	2.128.113	1.167.482	543.803
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	2.390	3.425	19.910.432	99,99	19.910	(1.089)	(1.451)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.911.338	99,99	9.911	701	3.870	9.404.320	99,99	9.404	(3.219)	(1.690)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.648.177	99,99	17.648	(3.228)	3.318	17.648.177	99,99	17.648	(6.600)	(1.538)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(2.936)	4.780	23.468.639	99,99	23.469	(7.819)	(2.229)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	7.454	4.514	25.549.928	99,99	25.550	2.885	(1.752)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	870	3.466	8.510.149	99,99	8.510	(2.638)	(1.483)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	297	3.354	21.718.499	99,99	21.718	(3.135)	(1.532)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	272	2.637	5.870.759	99,99	5.871	(2.398)	(1.140)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(3.552)	3.783	17.701.313	99,99	17.701	(7.394)	(1.740)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(3.364)	3.455	16.317.932	99,99	16.318	(7.082)	(1.655)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	4.382	3.300	18.830.937	99,99	18.831	1.021	(1.330)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(4.243)	2.406	12.391.309	99,99	12.391	(6.693)	(1.243)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	5.765	2.256	20.439.716	99,99	20.440	3.479	(735)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.985.315	99,99	20.985	5.288	2.476	20.985.315	99,99	20.985	2.547	(970)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(2.069)	1.821	13.461.491	99,99	13.461	(3.926)	(925)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(1.446)	1.359	7.886.576	99,99	7.887	(2.835)	(662)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2023					31/12/2022				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico										
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	48	891	7.582.283	99,99	7.582	(867)	(452)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(1.127)	1.002	4.826.628	99,99	4.827	(2.154)	(487)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.856.793	99,99	2.857	249	982	2.757.034	99,99	2.757	(746)	(444)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	612	1.026	3.791.020	99,99	3.791	(468)	(479)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	48.384.027	99,99	21.161	25.137	(1.800)	48.384.027	99,99	21.155	20.784	108.731
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial	12.731.271.885	99,99	127.313	100.853	10.568	12.731.271.885	99,99	127.313	90.285	6.890
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(3.701)	(1.457)	245.313.150	99,99	245.313	(2.679)	(1.996)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	-	-	235.681	100,00	236	-	(10)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.292)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	11.469	(664)	12.937.880	99,99	12.938	12.132	(437)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	(26)	(94)	-	-	-	-	-
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	528.874.109	100,00	528.874	44.238	112.411	524.038.918	100,00	524.039	(206.969)	26.357
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Gregal Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Tambora Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Vatra Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Cachoeira Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Fotiã Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Morrinhos Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Iracema Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Azufre Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Junco Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Carabas Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
UFV Quixaba Ltda.	100	99,00	100	-	-	-	-	-	-	-
				1.203.317	20.989				1.031.904	663.820

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1



10.3 Movimentação dos investimentos (Controladora)

Companhia	31/12/2022	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	31/12/2023
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.167.482	751	8.985	(152.096)	(6.138)	1.1018.984
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	(1.089)	-	54	3.425	-	2.390
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(3.219)	-	50	3.870	-	701
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(6.600)	-	54	3.318	-	(3.228)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(7.819)	-	103	4.780	-	(2.936)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	2.885	-	55	4.514	-	7.454
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.638)	-	42	3.466	-	870
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(3.135)	-	78	3.354	-	297
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial	(2.398)	-	33	2.637	-	272
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(7.394)	-	59	3.783	-	(3.552)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(7.082)	-	263	3.455	-	(3.364)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	1.021	-	61	3.300	-	4.382
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(6.693)	-	44	2.406	-	(4.243)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	3.479	-	30	2.256	-	5.765
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	2.547	-	265	2.476	-	5.288
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.926)	-	36	1.821	-	(2.069)

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2022	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	31/12/2023
Eólico						
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.835)	-	30	1.359	-	1.446
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(867)	-	24	891	-	48
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(2.154)	-	25	1.002	-	(1.127)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(746)	-	13	982	-	249
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(468)	-	54	1.026	-	612
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ⁴	20.784	377	5.776	(1.800)	-	25.137
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ⁴	90.285	-	-	10.568	-	100.853
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(2.679)	-	435	(1.457)	-	(3.701)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.132	-	1	(664)	-	11.469
Outras Participações	-	-	68	(94)	-	(26)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(206.969)	138.796	-	112.411	-	44.238
Total	1.031.904	139.924	16.638	20.989	(6.138)	1.203.317

Nota 1: Demais empresas listadas Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$25.692 (R\$268.711, em 31 de dezembro de 2022).

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/12/2021	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Transferência do ativo mantidos para venda	Baixa de investimento	Incorporação de investimento	31/12/2022
PCH									
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) ¹	-	-	-	(6.981)	6.717	-	264	-	-
Renova PCH LTDA - Em recuperação judicial	-	-	6	-	(6)	-	-	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	-	255.147	-	543.803	-	-	-	1.167.482
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	-	166	-	(1.451)	-	-	-	(1.089)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	-	332	-	(1.690)	-	-	-	(3.219)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	-	167	-	(1.538)	-	-	-	(6.600)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	-	364	-	(2.229)	-	-	-	(7.819)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	-	207	-	(1.752)	-	-	-	2.885
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	-	163	-	(1.483)	-	-	-	(2.638)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	-	204	-	(1.532)	-	-	-	(3.135)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.386)	-	128	-	(1.140)	-	-	-	(2.398)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	-	201	-	(1.740)	-	-	-	(7.394)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	-	176	-	(1.655)	-	-	-	(7.082)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	-	159	-	(1.330)	-	-	-	1.021
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.643)	-	193	-	(1.243)	-	-	-	(6.693)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.104	-	110	-	(735)	-	-	-	3.479
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.167	-	350	-	(970)	-	-	-	2.547
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.100)	-	99	-	(925)	-	-	-	(3.926)
Centrais Eólicas Jequitituba S.A. - Em recuperação judicial	(2.252)	-	79	-	(662)	-	-	-	(2.835)
Centrais Eólicas Calliandra S.A. - Em recuperação judicial	(473)	-	58	-	(452)	-	-	-	(867)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.731)	-	64	-	(487)	-	-	-	(2.154)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(358)	-	56	-	(444)	-	-	-	(746)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(52)	-	63	-	(479)	-	-	-	(468)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ⁴	17.835	1.492	3.983	-	108.731	-	-	(111.257)	20.784
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA - Em recuperação judicial ⁴	(33.739)	-	5.877	-	6.890	-	-	111.257	90.285
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.539)	-	856	-	(1.996)	-	-	-	(2.679)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	10	-	(10)	-	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial ²	67.881	10.700	11	-	(2.292)	-	-	(76.300)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	-	5	-	(437)	12.564	-	-	12.132
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas S.A. ³	-	20.928	-	-	-	-	(20.928)	-	-
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(233.326)	-	-	-	26.357	-	-	-	(206.969)
Total	157.111	33.120	269.234	(6.981)	663.820	12.564	(20.664)	(76.300)	1.031.904

Nota 1: Ativo alienado em 06 de junho de 2022.

Nota 2: Companhia incorporada em 14 de julho de 2022.

Nota 3: Ativo alienado em 26 de julho de 2022.

Nota 4: Operação de cisão parcial e incorporação dos ativos relacionados aos parques eólicos Quina e Mulungu.

11. Imobilizado

11.1 Controladora

		31/12/2023			31/12/2022		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.691)	1	22.692	(22.641)	51
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.697)	43	3.739	(3.665)	74
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.406)	118	2.524	(2.378)	146
		28.956	(28.794)	162	28.955	(28.684)	271
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.133)	223	5.356	(4.733)	623
Benfeitorias	4%	854	(248)	606	854	(215)	639
Móveis e utensílios	10%	2.147	(2.057)	90	2.146	(1.976)	170
Softwares	20%	3.678	(3.459)	219	3.670	(3.388)	282
Equipamento de informática	20%	4.297	(3.877)	420	4.283	(3.722)	561
		16.332	(14.774)	1.558	16.309	(14.034)	2.275
Total do imobilizado em serviço		45.288	(43.568)	1.720	45.264	(42.718)	2.546
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		113.309	-	113.309	101.806	-	101.806
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		386	-	386	-	-	-
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		575	-	575	30	-	30
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(4.669)	-	(4.669)	(4.669)	-	(4.669)
Total do imobilizado em curso		110.713	-	110.713	98.279	-	98.279
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		27.250	(22.073)	5.177	24.239	(18.474)	5.765
Transferência para ativos mantidos para venda		(262)	-	(262)	-	-	-
Total imobilizado		182.989	(65.641)	117.348	167.782	(61.192)	106.590

11.2 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2022	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Transferência para ativos mantidos para venda	Baixa	31/12/2023
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	1	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	<u>28.955</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.146	1	-	-	-	2.147
Softwares	3.670	8	-	-	-	3.678
Equipamento de informática	4.283	14	-	-	-	4.297
	<u>16.309</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.332</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>45.264</u>	<u>23</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.288</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.641)	(50)	-	-	-	(22.691)
Equipamentos de medição	(3.665)	(32)	-	-	-	(3.697)
Equipamentos de torres	(2.378)	(28)	-	-	-	(2.406)
	<u>(28.684)</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.794)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(4.733)	(398)	(2)	-	-	(5.133)
Benfeitorias	(215)	(34)	1	-	-	(248)
Móveis e utensílios	(1.976)	(81)	-	-	-	(2.057)
Softwares	(3.388)	(72)	-	-	-	(3.459)
Equipamento de informática	(3.722)	(155)	-	-	-	(3.877)
	<u>(14.034)</u>	<u>(740)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.774)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.718)</u>	<u>(848)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43.568)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.546</u>	<u>(827)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.720</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	101.806	12.642	-	-	(753)	113.695
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	30	545	-	-	-	575
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>98.279</u>	<u>13.187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(753)</u>	<u>110.714</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	24.239	6.528	-	-	-	26.691
(-) Amortização contratos de arrendamento	(18.474)	(3.599)	-	(262)	-	(21.776)
	<u>5.765</u>	<u>2.929</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>-</u>	<u>4.915</u>
Total do imobilizado	<u>106.590</u>	<u>15.290</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>(753)</u>	<u>117.348</u>



	31/12/2021	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Transferência para ativos mantidos para venda	Incorporação	Aumento de capital em controladas	31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	152	-	-	-	-	2.524
	28.803	152	-	-	-	-	28.955
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	17	-	-	-	-	2.146
Softwares	3.659	11	-	-	-	-	3.670
Equipamento de informática	3.820	448	15	-	-	-	4.283
	15.818	476	15	-	-	-	16.309
Total do imobilizado em serviço - custo	44.621	628	15	-	-	-	45.264
(-) Depreciação							
Geração							
Torres de medição	(22.591)	(50)	-	-	-	-	(22.641)
Equipamentos de medição	(3.633)	(32)	-	-	-	-	(3.665)
Equipamentos de torres	(2.372)	(6)	-	-	-	-	(2.378)
	(28.596)	(88)	-	-	-	-	(28.684)
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(509)	-	-	-	-	(4.733)
Benfeitorias	(181)	(34)	-	-	-	-	(215)
Móveis e utensílios	(1.874)	(102)	-	-	-	-	(1.976)
Softwares	(3.317)	(71)	-	-	-	-	(3.388)
Equipamento de informática	(3.587)	(135)	-	-	-	-	(3.722)
	(13.183)	(851)	-	-	-	-	(14.034)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.779)	(939)	-	-	-	-	(42.718)
Total do imobilizado em serviço	2.842	(311)	15	-	-	-	2.546
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	2.101	14.911	-	25.938	79.784	(20.928)	101.806
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	26	19	(15)	-	-	-	30
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(3.484)	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	2.054	14.930	(15)	25.938	76.300	(20.928)	98.279
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	2.473	1.974	-	19.792	-	-	24.239
(-) Amortização contratos de arrendamento	(2.342)	(8.412)	-	(7.720)	-	-	(18.474)
	131	(6.438)	-	12.072	-	-	5.765
Total do imobilizado	5.027	8.181	-	38.010	76.300	(20.928)	106.590

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

11.3 Consolidado

		31/12/2023			31/12/2022		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	5%	1.612.787	(91.019)	1.521.768	1.612.881	(27.648)	1.585.233
Torres de medição	20%	22.692	(22.691)	1	22.692	(22.641)	51
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.697)	43	3.739	(3.665)	74
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.406)	118	2.524	(2.378)	146
Provisão para Desmantelamento		22.242	(1.316)	20.926	22.242	(430)	21.812
		1.663.985	(121.129)	1542.856	1.664.078	(56.762)	1.607.316
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		10.086	-	10.086	10.086	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	42.410	(2.269)	40.141	42.410	(842)	41.568
Máquinas e equipamentos	4%	1.090.501	(45.525)	1.044.976	1.090.501	(14.339)	1.076.162
Móveis e utensílios	6%	293	(30)	263	293	(11)	282
		1.143.290	(47.824)	1.095.466	1.143.290	(15.192)	1.128.098
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	14.967	(580)	14.387	14.967	(164)	14.803
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.690)	-	(297.690)	(297.690)	-	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.133)	223	5.356	(4.733)	623
Benfeitorias	4%	854	(248)	606	854	(215)	639
Móveis e utensílios	10%	2.147	(2.057)	90	2.146	(1.976)	170
Softwares	20%	3.678	(3.459)	219	3.670	(3.388)	282
Equipamento de informática	20%	4.297	(3.877)	420	4.283	(3.722)	561
		16.332	(14.774)	1.558	16.309	(14.034)	2.275
Estoques							
Almoxarifado geral		25.628	-	25.628	21.928	-	21.928
Total do imobilizado em serviço		2.566.512	(184.307)	2.382.205	2.562.882	(86.152)	2.476.730
Imobilizado em curso							
A ratear		356.320	-	356.320	343.250	-	343.250
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		3.208	-	3.208	3.208	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.160	-	32.160	32.216	-	32.216
Torres de medição		1.608	-	1.608	1.144	-	1.144
Aerogeradores		38.535	-	38.535	28.811	-	28.811
Módulos e inversores		1.805	-	1.805	-	-	-
Equipamentos de subestação		23.844	-	23.844	17.601	-	17.601
Adiantamentos a fornecedores		323	-	323	1.854	-	1.854
Estoques		-	-	-	-	-	-
Provisão para Desmantelamento		-	-	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		218.568	-	218.568	188.849	-	188.849
Direito de uso							
Contratos de arrendamento		47.078	(25.588)	21.490	42.184	(21.162)	21.022
Transferência para ativos mantidos para venda		(262)	-	(262)	-	-	-
Total imobilizado		2.831.896	(209.895)	2.622.001	2.793.915	(107.314)	2.686.601



11.4 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.612.881	-	-	-	(94)	-	1.612.881
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	1	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	-	-	22.242
	1.664.078	-	-	-	(93)	-	1.663.985
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	10.086	-	-	-	-	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	-	-	-	42.410
Máquinas e equipamentos	1.090.501	-	-	-	-	-	1.090.501
Móveis e utensílios	293	-	-	-	-	-	293
	1.143.290	-	-	-	-	-	1.143.290
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	14.967	-	-	-	-	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	-	-	(297.690)
	2.524.645	-	-	-	(93)	-	2.524.552
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.146	-	1	-	-	-	2.147
Softwares	3.670	9	(1)	-	-	-	3.678
Equipamento de informática	4.302	15	-	-	-	(20)	4.297
	16.328	24	-	-	-	(20)	16.332
Estoques							
Almoxarifado geral	21.928	5.709	(3.115)	-	1.106	-	25.628
Total do imobilizado em serviço - custo	2.562.901	5.733	(3.115)	-	1.013	(20)	2.524.552
(-) Depreciação							
Geração							
Máquinas e equipamentos	(27.648)	(63.371)	-	-	-	-	(91.019)
Torres de medição	(22.641)	(50)	-	-	-	-	(22.691)
Equipamentos de medição	(3.665)	(32)	-	-	-	-	(3.697)
Equipamentos de torres	(2.378)	(28)	-	-	-	-	(2.406)
Provisão para Desmantelamento	(430)	(886)	-	-	-	-	(1.316)
	(56.762)	(64.367)	-	-	-	-	(121.129)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(842)	(1.427)	-	-	-	-	(2.269)
Máquinas e equipamentos	(14.339)	(31.186)	-	-	-	-	(45.525)
Móveis e utensílios	(11)	(19)	-	-	-	-	(30)
	(15.192)	(32.632)	-	-	-	-	(47.824)
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	(164)	(416)	-	-	-	-	(580)

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2023
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.733)	(400)	-	-	-	-	(5.133)
Benfeitorias	(215)	(33)	-	-	-	-	(248)
Móveis e utensílios	(1.976)	(81)	-	-	-	-	(2.057)
Softwares	(3.388)	(71)	-	-	-	-	(3.459)
Equipamento de informática	(3.741)	(156)	-	-	-	20	(3.877)
	<u>(14.053)</u>	<u>(741)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>(14.7734)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(86.171)</u>	<u>(98.156)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>(184.307)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.476.730</u>	<u>(92.423)</u>	<u>(3.115)</u>	<u>-</u>	<u>1.013</u>	<u>-</u>	<u>2.382.205</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	343.250	14.303	-	-	(480)	(753)	356.320
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	-	-	-	-	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.216	93	-	-	(149)	-	32.160
Torres de medição	1.144	-	-	-	464	-	1.608
Aerogeradores	28.811	10.245	-	-	(521)	-	38.535
Módulos e inversores	-	963	-	-	842	-	1.805
Equipamentos de subestação	17.601	5.330	-	-	913	-	23.844
Adiantamentos a fornecedores	1.854	(1.531)	-	-	-	-	323
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(240.297)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(240.297)</u>
Total do imobilizado em curso	<u>188.849</u>	<u>29.403</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.069</u>	<u>(753)</u>	<u>218.568</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	42.184	5.021	-	-	(389)	-	46.520
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(225)	(480)	-	-	-	-	(706)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	<u>(20.937)</u>	<u>(4.091)</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>407</u>	<u>-</u>	<u>(24.585)</u>
Total direito de uso	<u>21.022</u>	<u>450</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>21.228</u>
Total do imobilizado	<u>2.686.601</u>	<u>(62.570)</u>	<u>(3.115)</u>	<u>(262)</u>	<u>2.100</u>	<u>(753)</u>	<u>2.622.001</u>

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	261	-	-	1.612.620	-	1.612.881
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	152	-	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	-	22.242	-	-	-	-	22.242
	28.803	22.655	-	-	1.612.620	-	1.664.078
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	-	-	-	-	10.086	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	42.410	-	42.410
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	1.090.501	-	1.090.501
Móveis e utensílios	-	-	-	-	293	-	293
	-	-	-	-	1.143.290	-	1.143.290
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	14.967	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-	(297.690)	-	(297.690)
	28.803	22.655	-	-	2.473.187	-	2.524.645
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	17	-	-	-	-	2.146
Softwares	3.659	11	-	-	-	-	3.670
Equipamento de informática	3.838	449	-	-	15	-	4.302
	15.836	477	-	-	15	-	16.328
Estoques							
Almoxarifado geral	-	10.267	(884)	-	12.545	-	21.928
Total do imobilizado em serviço - custo	44.639	33.399	(884)	-	2.485.747	-	2.562.901
(-) Depreciação							
Geração							
Máquinas e equipamentos	-	(27.648)	-	-	-	-	(27.648)
Torres de medição	(22.591)	(50)	-	-	-	-	(22.641)
Equipamentos de medição	(3.633)	(32)	-	-	-	-	(3.665)
Equipamentos de torres	(2.372)	(6)	-	-	-	-	(2.378)
Provisão para Desmantelamento	-	(430)	-	-	-	-	(430)
	(28.596)	(28.166)	-	-	-	-	(56.762)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(842)	-	-	-	-	(842)
Máquinas e equipamentos	-	(14.339)	-	-	-	-	(14.339)
Móveis e utensílios	-	(11)	-	-	-	-	(11)
	-	(15.192)	-	-	-	-	(15.192)
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	-	(164)	-	-	-	-	(164)

- Continua -



- Continuação -

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldo vinculado aos ativos vendidos	31/12/2022
Administração							
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(509)	-	-	-	-	(4.733)
Benfeitorias	(181)	(34)	-	-	-	-	(215)
Móveis e utensílios	(1.874)	(102)	-	-	-	-	(1.976)
Softwares	(3.317)	(71)	-	-	-	-	(3.388)
Equipamento de informática	(3.606)	(135)	-	-	-	-	(3.741)
	(13.202)	(851)	-	-	-	-	(14.053)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.798)	(44.373)	-	-	-	-	(86.171)
Total do imobilizado em serviço	2.841	(10.974)	(884)	-	2.485.747	-	2.476.730
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	598.112	44.839	(97)	116.023	(394.699)	(20.928)	343.250
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	-	(8.884)	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	301.655	1.997	-	-	(271.436)	-	32.216
Móveis e utensílios	105	16	-	-	(121)	-	-
Torres de medição	4.857	81	-	-	(3.794)	-	1.144
Aerogeradores	1.536.592	113.390	-	-	(1.621.171)	-	28.811
Equipamentos de subestação	363.131	49.479	-	-	(395.009)	-	17.601
Adiantamentos a fornecedores	64.169	14.589	-	-	(76.904)	-	1.854
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.354.795)	-	819.755	(2.947)	297.690	-	(240.297)
	1.526.980	224.391	819.658	113.076	(2.474.328)	(20.928)	188.849
Estoques							
Almoxarifado geral	15.290	-	-	-	(15.290)	-	-
Total do imobilizado em curso	1.542.270	224.391	819.658	113.076	(2.489.618)	(20.928)	188.849
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	16.086	6.895	-	20.919	-	(1.716)	42.184
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(225)	-	-	-	-	(225)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(3.898)	(9.056)	-	(7.983)	-	-	(20.937)
Total direito de uso	12.188	(2.386)	-	12.936	-	(1.716)	21.022
Total do imobilizado	1.557.299	211.031	818.774	126.012	(3.871)	(22.644)	2.686.601

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.



11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2023 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Light I)	11.912	-	11.912
LER	3.301	-	3.301
	15.213	-	15.213
Alto Sertão III - Fase B ⁽¹⁾			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	106.910	(56.156)	50.754
Outros			
ACL (Mercado livre - Solar)	29.463	-	29.463
Outras imobilizações em curso ⁽²⁾	127.807	(4.669)	123.138
Total do imobilizado em curso	279.393	(60.825)	218.568

Nota 1: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos.

Nota 2: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.



11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos periodicamente. Após revisão de seu portfólio, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2023 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu a revisão de todas as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

11.10 Bens dados em garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 14.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no final da autorização, para retirada de serviço dos ativos relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas identificaram 979 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 839 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 135 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2023		Passivo	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	2.330	4.981
Direito de uso do ativo arrendado	27.250	47.078	(-) Ajuste a valor presente	(1.086)	(3.367)
(-) Amortização - contrato de arrendamento	(22.073)	(25.588)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(219)	(219)
	5.177	21.490	Total do passivo circulante	1.025	1.395
			Não circulante		
Transferência para ativos mantidos para venda	(262)	(262)	Arrendamentos a pagar	15.301	66.294
			(-) Ajuste a valor presente	(7.371)	(42.523)
			Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(108)	(108)
				7.822	23.663
Ativo total	4.915	21.228	Passivo total	8.847	25.058



Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo		
Amortização direito de uso	-	481
Despesa		
Amortização direito de uso	3.599	4.092
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	252	1.587
Total	<u>3.851</u>	<u>6.160</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
<u>Circulante</u>		
jan/2024 a dez/2024	3.367	4.981
<u>Não circulante</u>		
jan/2025 a dez/2025	4.210	5.820
jan/2026 a dez/2026	4.710	6.407
jan/2027 a dez/2027	3.636	5.284
jan/2028 a dez/2028	3.636	5.797
jan/2029 a dez/2029	2.260	3.307
jan/2030 a dez/2034	9.180	16.499
jan/2035 a dez/2039	9.908	13.699
jan/2040 a dez/2044	2.767	5.328
jan/2045 a dez/2049	2.144	3.987
jan/2050 a dez/2054	72	166
	<u>42.523</u>	<u>66.294</u>
Total	<u>45.890</u>	<u>71.275</u>



13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	6.710	7.679	49.385	45.931
Fornecedores recuperação judicial	19.697	24.937	229.649	205.385
	<u>26.407</u>	<u>32.616</u>	<u>279.034</u>	<u>251.316</u>
Apresentados como:				
Circulante	7.700	10.250	63.750	58.392
Não circulante	18.707	22.366	215.284	192.924
Total	<u>26.407</u>	<u>32.616</u>	<u>279.034</u>	<u>251.316</u>

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$19.697 (controladora), sendo R\$86 - Classe I, R\$19.606 - Classe III e R\$5 - Classe IV. No consolidado o total é R\$229.649, sendo, R\$118 - Classe I, R\$228.691 - Classe III e R\$840 - Classe IV.



14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado										
		31/12/2023					31/12/2022					
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante		Total geral
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
BNDES ^(14.5.a)	100% CDI ^a	30.742	23.397	54.139	280.768	334.907	15.067	477	15.544	-	294.715	294.715
Banco Bradesco ^(14.5.b)	100% CDI ^a	36.520	27.825	64.345	333.893	398.238	18.485	-	18.485	27.445	323.034	350.479
Banco Itaú ^(14.5.b)	100% CDI ^a	13.361	10.180	23.541	122.156	145.697	6.763	-	6.763	10.041	118.183	128.224
Citibank ^(14.5.b)	100% CDI ^a	9.001	6.858	15.859	82.295	98.154	4.556	-	4.556	6.799	79.585	86.384
Banco ABC ^(14.5.b)	100% CDI ^a	5.344	4.072	9.416	48.862	58.278	2.705	-	2.705	4.016	47.273	51.289
Citibank ^(14.5.b)	100% CDI ^a	2.803	2.135	4.938	25.620	30.558	1.168	256	1.424	-	26.885	26.885
Banco Bradesco ^(14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	28	233	261	4.200	4.461	41	193	234	-	4.430	4.430
Banco Itaú ^(14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	28	227	255	4.078	4.333	40	187	227	-	4.302	4.302
Banco Safra	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	1	-	1	1.265	2.941	4.206
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		97.827	74.927	172.754	901.872	1.074.626	48.826	1.113	49.939	49.566	901.348	950.914

Em 31 de dezembro de 2023 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$1.074.626, sendo, R\$1.035.274 da Classe II, R\$8.794 da Classe III e R\$30.558 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

14.2 Controladora

14.2.1 Empréstimos

		31/12/2023					
		Circulante			Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total geral</u>
Citibank (14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	2.803	2.135	4.938	25.620	25.620	30.558
Total de empréstimos		2.803	2.135	4.938	25.620	25.620	30.558

		31/12/2022					
		Circulante			Não circulante		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total geral</u>
Citibank (14.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	1.168	256	1.424	-	26.885	28.309
Banco Safra	0,5% a.a. + TR ^a	1	-	1	1.265	2.941	4.207
Total de empréstimos		1.169	256	1.425	1.265	29.826	32.516

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

b) considerando que a ação de execução promovida pelo Banco Safra foi arquivada e que os valores bloqueados foram levantados, a dívida foi quitada em 2023.

14.2.2 Debêntures privadas

		Não circulante					
		31/12/2023			31/12/2022		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas ^(14.6.c)	TR + 0,5% a.a.	1.223	54.801	56.024	1.328	59.807	61.135

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.379	24/03/2025	46.566
03/09/2021	Fase B	10 ^a	9.428	03/09/2026	9.458
			59.807		56.024



14.3 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	216.806	38.080	254.886	1.109.057	88.408	1.197.465
Provisão dos encargos financeiros	-	25.082	25.082	-	137.466	137.466
Honorários de sucumbência	384	-	384	384	-	384
Encargos financeiros pagos	-	(60.728)	(60.728)	-	(127.817)	(127.817)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(187.108)	-	(187.108)	(211.616)	-	(211.616)
Saldos vinculados aos ativos alienados	-	-	-	4.636	335	4.971
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.082	2.434	32.516	902.461	98.392	1.000.853
Provisão dos encargos financeiros	-	3.567	3.567	-	124.735	124.735
Encargos financeiros pagos	-	(1.871)	(1.871)	-	(22.742)	(22.742)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.654)	-	(3.654)	(28.220)	-	(28.220)
Incorporação de juros ao principal	1.327	(1.327)	-	102.558	(102.558)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	59.807	1.328	61.135
Encargos financeiros provisionados	-	1.223	1.223
Amortização	(5.006)	-	(5.006)
Encargos financeiros pagos	-	(1.328)	(1.328)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.801	1.223	56.024

14.4 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Jan/2025 a Dez/2025	1.423	50.107
Jan/2026 a Dez/2026	1.423	50.107
Jan/2027 a Dez/2027	1.423	50.107
Jan/2028 a Dez/2028	2.847	99.750
Jan/2029 a Dez/2029	2.847	99.981
Jan/2030 a Dez/2036	15.657	551.820
Total	25.620	901.872



14.5 Resumo dos contratos

a. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo no valor de R\$15.289 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.



Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

15. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a pagar	-	-	1.274	2.909
CSLL a pagar	-	-	779	1.417
COFINS a recolher	298	17	5.977	600
PIS a recolher	65	3	1.297	129
Tributos sobre folha de pagamento	1.029	1.131	1.196	1.315
Tributos retidos de terceiros	206	201	898	1.219
Tributos sobre operações de mútuo	73	90	90	157
Tributos em parcelamento	1.594	8.402	2.986	15.761
ICMS a recolher	27	-	799	32
TOTAL	3.292	9.844	15.296	23.539
Apresentados como:				
Circulante	3.029	4.824	15.033	15.509
Não circulante	263	5.020	263	8.030
Total	3.292	9.844	15.296	23.539

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$1.594 refere-se a:

- i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$ 546;
- ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 38;
- iii) parcelamento da controlada Chipley assumido pela Companhia com a incorporação, no montante de R\$1.010.

Em 2019, as controladas Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.



Em dezembro de 2020, a controlada Renova Comercializadora de Energia parcelou débitos COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

Em março de 2023 foi deferida a adesão ao Quita PGFN com utilização de Base de Cálculo Negativa da CSLL para quitação de 70% do saldo de tributos em parcelamento do IRRF e IOF junto a PGFN.

Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

16. Contas a pagar - CCEE (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
CCEE	48.699	37.621
Total do circulante	48.699	37.621
Não circulante		
CCEE	57.048	38.143
Total do não circulante	57.048	38.143
Total	105.747	75.764

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$32.426 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

16.1 Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2022	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Saldos vinculados aos ativos alienados	31/12/2023
CCEE	75.764	52.692	-	(31.563)	8.854	-	105.747

	31/12/2021	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Saldos vinculados aos ativos alienados	31/12/2022
Eletrobras	-	1.074	-	(5.562)	-	4.488	-
CCEE	75.288	19.643	7.865	(33.029)	5.997	-	75.764
Total do passivo	75.288	20.717	7.865	(38.591)	5.997	4.488	75.764

17. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Penalidades Regulatórias ^(a)	-	-	-	100.250
Outros ^(b)	143.436	163.064	159.240	196.315
Total	143.436	163.064	159.240	296.565

Apresentados como:				
Circulante	94.722	87.203	95.237	167.363
Não circulante	48.714	75.861	64.003	129.202
Total	143.436	163.064	159.240	296.565

a. Refere-se a valores provisionados em favor da:

- ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019. Em 11 de dezembro de 2023, a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica - SCE (à época SCG) suspendeu a aplicação da penalidade (execução das garantias) e a Companhia reverteu a provisão anteriormente constituída.
- CCEE no montante de R\$18.311 (R\$17.938, em 31 de dezembro de 2022), referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014. O saldo de 2021 foi publicado pela ANEEL em 17 de outubro de 2022. Em 22 de novembro de 2022 a Aneel em fase recursal proferiu decisão desfavorável ao pleito, razão pela qual, em 12 de fevereiro de 2023, a Companhia, representada pela ABEEÓLICA, distribuiu ação de rito ordinário com pedido de tutela de urgência, a fim de declarar-se a ilegitimidade da aplicação às associadas da exigência de lastro e da penalidade por insuficiência de lastro relativamente à energia de reserva de fontes eólica e solar. Em 03 de fevereiro de 2023 foi deferida tutela provisória de urgência para suspender em relação às associadas das autoras ABEEÓLICA e Absolar, pertinente às contratações relativas à energia de reserva de fonte eólica e solar já celebradas anteriormente à edição da Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020 e/ou decorrentes de leilões ou outros procedimentos licitatórios. A Companhia reverteu a provisão de R\$18.311 com base na opinião de seus assessores jurídico devido a classificação de probabilidade de perda possível, conforme Processo: 1002100-22.2023.4.01.3400, movido pela ABEEÓLICA.



b. Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a:

Descrição	Valor
i) passivo com a AES, que será quitado pelo encontro de contas contra créditos futuros.	43.391
ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos**.	25.375
iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14 (Classe III).	15.289
iv) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	415
v) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2.	324
vi) ademais, tendo a CEMIG GT deixado de ser parte relacionada da Companhia, os valores relacionados ao DIP e ao Adiantamento para futuro aumento de capital, anteriormente apresentado na rubrica de Partes relacionadas foi transferido para a rubrica de outras contas a pagar*.	74.337
vii) outros.	69
	<u>159.240</u>

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.950	12.394	37.993	69.337

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A. Adicionalmente, a Companhia possui um valor a pagar a CEMIG GT de R\$5.000.

Nota (**): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$25.377 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.



18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$204.388 (2022, R\$196.614), sendo R\$57.079 (2022, R\$57.091) cíveis, R\$2.402 (2022, R\$3.517) trabalhistas, R\$113.013 (2022, R\$103.655) fiscais, R\$601 (2022, R\$662), administrativas e R\$31.293 (2022 R\$31.689), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614
Adição ^(a)	300	672	-	18	-	990
Atualização	579	149	9.443	51	-	10.222
Baixa ^(b)	(325)	(964)	(36)	(2)	-	(1.327)
Pagamento	-	(631)	(15)	-	-	(646)
Total	57.645	2.743	113.047	729	31.689	205.853
Honorários de êxito	(566)	(341)	(34)	(128)	(396)	(1.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388

(a) refere-se substancialmente a constituição de provisão para ação trabalhista que tiveram seu prognóstico de perda alterado para provável.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas, e a pagamento de acordos trabalhistas.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	-	181.068
Adição	30	265	-	6	31.293	31.594
Atualização	3.165	970	8.568	205	-	12.908
Baixa	(16.636)	(3.512)	-	(143)	-	(20.291)
Pagamento	(4.460)	(1.294)	-	-	-	(5.754)
Total	60.087	3.851	103.662	632	31.293	199.525
Honorários de êxito	(2.996)	(334)	(7)	30	396	(2.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	57.091	3.517	103.655	662	31.689	196.614

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) procedimento arbitral promovido pela Light Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$53.339.



Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV") por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato. Conforme informado ao mercado, em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato.

A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100). Em 23 de março de 2023, a ação foi julgada improcedente e encontra-se em fase de recurso.

b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, ações de rescisão contratual sendo bastante pulverizadas.

- (ii) Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica ("SFG"), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.



- (iii) Fiscal – provisionado o valor de R\$113.013, decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário, (cujo julgamento no CARF ocorreu em 21/02/2024, restando pendente a formalização do acórdão), após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, o auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$302.775 (31 de dezembro de 2022, R\$409.121), sendo R\$273.863 (31 de dezembro de 2022, R\$395.465) cíveis, R\$22.254 (31 de dezembro de 2022, R\$3.670) administrativas e R\$6.657 trabalhistas (31 de dezembro de 2022, R\$9.986), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$271.556 (R\$393.595, 31 de dezembro de 2022) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. A Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$300.515 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.



18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia. A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança e Compliance, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;



- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:

- a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 46% de mulheres em posições de liderança.
- c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.



18.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

19. Compromissos futuros

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$ 167.560.

	Saldo em 31/12/2023	Tributos diferidos
ATIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	52.443	(17.831)
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	305.489	(103.866)
TOTAL DO ATIVO	357.932	(121.697)
PASSIVO		
Compromissos futuros - CIRCULANTE	(33.477)	11.382
Compromissos futuros - NÃO CIRCULANTE	(156.894)	53.344
TOTAL DO PASSIVO	(190.371)	64.726
RESULTADO		
Compromissos futuros marcação a mercado	167.561	(56.971)



20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores da Companhia, de forma a efetivar o "6º Processo de Aumento de Capital e Conversão", nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 31.296, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.170.394 (R\$4.139.098, em 31 de dezembro de 2022) dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
Caetité Participações S.A.	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
BNDESPAR	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Ricardo Lopes Delneri	3.943.770	3,16%	10.865.714	8,71%	14.809.484	5,94%
Outros	21.435.588	17,18%	39.441.689	31,62%	60.877.277	24,40%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.



21. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	-	49.321	-	27.971
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	1.142.137	737.407	90.660	91.052
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			160.016	102.534
			250.676	221.557
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(22.838)	(15.154)
Total			227.838	206.403

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	-	-	17.998	59.800
Custo da operação				
Serviços de terceiros	-	-	72.455	23.291
Multa sobre ressarcimento (Nota 16)	-	-	-	4.800
Seguros	-	-	7.783	3.787
Material de uso e consumo	-	-	1.637	241
Repactuação do risco hidrológico	-	-	-	1.016
Outros custos	-	-	184	274
	-	-	82.059	33.409
Depreciações e amortizações (Nota 11)	-	88	97.784	43.747
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	20.946	10.758
Taxa de fiscalização	-	-	3.158	204
	-	-	24.104	10.962
Total	-	88	221.945	147.918

- Continua -



- Continuação -

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	7.357	4.589	30.293	24.595
Serviços de terceiros	6.598	9.904	13.113	25.518
Seguros	738	938	4.679	4.360
Telefonia e TI	1.090	401	3.064	3.033
Viagens	195	177	998	2.356
Impostos e taxas	599	746	1.285	1.455
Material de uso e consumo	175	134	397	561
Aluguéis e arrendamentos	185	33	202	54
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 18)	(557)	(3.691)	2.397	27.337
Outras despesas	280	345	444	506
	16.660	13.576	56.872	89.775
Depreciações e amortizações (Nota 11)	4.449	9.263	4.942	9.907
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 11.9)	-	-	-	(819.755)
Outras (receitas) despesas líquidas				
Multa sobre ressarcimento (Nota 16)	-	-	-	3.065
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	(77.738)	25.780
Tusd/Tust ⁽²⁾	-	-	-	9.156
Taxa de fiscalização	-	-	-	27
Indenização	(4.940)	-	(4.940)	-
Licenças e estudos ambientais	-	-	12	581
Contrato oneroso	-	-	-	(23.465)
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	-	-	(628)	69
Outras despesas (receitas)	16	(647)	1.505	(5.348)
	(4.924)	(647)	(81.789)	9.865
Total	16.185	22.192	(19.975)	(710.208)

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (2) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.



23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		60	5.174	2.933	16.795
Juros sobre debêntures	14	-	1.154	-	-
Juros - partes relacionadas	25	2.253	2.690	-	-
Outras receitas financeiras		288	255	570	1.019
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(123)	(431)	(164)	(904)
Total das receitas financeiras		2.478	8.842	3.339	16.910
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	14	(3.567)	(25.082)	(124.735)	(137.466)
Juros sobre debêntures	14	(1.223)	(1.185)	(1.223)	-
Juros - partes relacionadas	25	(56)	(59.864)	-	(59.779)
Juros		(9.576)	(6.081)	(11.835)	(15.638)
Atualização monetária contencioso		(10.470)	(11.843)	(10.503)	(12.356)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(252)	(2.709)	(1.587)	(4.228)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(1.583)	(993)
IOF		(110)	(69)	(325)	(447)
Outras despesas financeiras		(914)	(247)	(1.084)	(588)
Total das despesas financeiras		(26.168)	(107.080)	(152.875)	(231.495)
Total do resultado financeiro		(23.690)	(98.238)	(149.536)	(214.585)

(1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.



24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(12.084)	777.120	50.771	787.926
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.109	(264.221)	(17.262)	(267.895)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.852)	(1.042)	(2.103)	(3.308)
Resultado da equivalência patrimonial	7.135	225.699	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	7.018	5.905
Utilização de crédito de base negativa para pagamento parcial de dívida tributária - QuitaPGFN (*)	2.846	-	4.291	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(2.812)	(3.322)	(2.481)	231.825
Prejuízo fiscal e base negativa	(6.581)	42.886	(49.471)	22.667
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>2.846</u>	<u>-</u>	<u>(60.008)</u>	<u>(10.806)</u>
IR e CS Correntes	-	-	(8.804)	(11.145)
IR e CS Diferidos	2.846	-	(51.204)	339
Imposto de renda e contribuição social apurados	<u>2.846</u>	<u>-</u>	<u>(60.008)</u>	<u>(10.806)</u>
Taxa efetiva	24%	-	118%	1%

Nota (*): Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada Renova Comercializadora utilizaram créditos decorrentes de base de cálculo negativa CSLL, para quitação antecipada de parte da dívida de tributos em parcelamento, por meio do programa Quita PGFN.

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal do exercício	(19.311)	-
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	3.069	126.135
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(655.682)</u>	<u>(781.817)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(671.925)</u>	<u>(655.682)</u>



25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	-	-	-	(85)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	-	148.810	-	-	2.253	1.852	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. - Em recuperação judicial	-	-	12.055	-	(56)	-	-	-
Subtotal	-	148.810	12.055	-	2.197	1.767	-	-
<u>Partes relacionadas</u>								
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(23.388)	-	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A. (nota 17)	-	-	-	-	-	(36.584)	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	(59.972)	-	-
<u>Resgate de ações⁽³⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	250	-	-	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽⁴⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1.449)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	1.421	3.997	-	-	-	-	(100)	(1.584)
Controladas - LER 2013	387	14.022	-	-	-	-	-	(9.801)
Controladas - LER 2014	106	1.676	-	-	-	-	(164)	(2.201)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	6.220	19.408	-	-	-	-	(14.505)	(13.048)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	(4.576)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	164	-	-	-	-	-	(2.383)	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	2.464	1.487	-	-	-	-	(1.157)	(916)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	3.520	2.124	-	-	-	-	-	(1.308)
Subtotal	14.282	42.714	-	-	-	-	(18.308)	(34.883)

- Continua -



- Continuação -

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Outros créditos⁽⁵⁾</u>								
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	1.022	1.022	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	465	465	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	1.820	1.820	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	5	5	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	13.587	13.587	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	13.587	13.587	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda - Em recuperação judicial	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	30.486	30.486	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	45.018	222.010	42.541	30.486	2.197	(57.174)	(18.308)	(34.883)
Apresentados como								
Circulante	44.768	73.200	30.486	30.486				
Não circulante	250	148.810	12.055	-				
	45.018	222.010	42.541	30.486				



25.2. Consolidado

	Resultado financeiro
	31/12/2022
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	
TARD	(31.772)
Outras operações com partes relacionadas	(4.619)
Total	(36.391)
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	
TARD	(23.388)
	(59.779)

25.3. Movimentação

	Controladora		Consolidado
	Ativo	Passivo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	177.684	815.873	792.836
Adição	34.591	(16)	-
Assunção do mútuo da Renova Comercializadora com a ESPRA	11.014	11.014	-
Encargos financeiros provisionados	2.690	59.864	59.972
Reclassificação outros créditos	30.486	30.486	-
Amortização	(22.834)	(4.064)	(4.064)
Incorporação controlada Bahia Holding	(10.700)	-	-
Capitalização dos créditos com rateio	(1.492)	-	-
Capitalização dos TARDs	-	(789.072)	(789.072)
Compensação dos mútuos com dividendos	-	(34.120)	-
Reclassificação para outras contas a pagar	-	(59.479)	(59.672)
Transferência para ativos mantidos para venda	571	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	222.010	30.486	-
Adição	34.252	11.999	-
Encargos financeiros provisionados	2.253	56	-
Amortização	(74.853)	-	-
Capitalização dos créditos com rateio	(377)	-	-
Capitalização do mútuo	(138.267)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541	-



25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- (2) TARDs –AP Energias Renováveis foram capitalizados em 21 de junho de 2022.
- (3) Refere-se a ações emitidas pela controlada Alto Sertão e resgatada pela Companhia, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2022. Foram resgatadas 33.354.474 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor total de R\$ 6.138, mediante a utilização da Reserva de Capital, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea “b” e artigo 44, ambos da Lei das Sociedades por Ações, restando um saldo de R\$250. O resgate das ações foi realizado com base no valor patrimonial da ação, sem redução do capital social, com o consequente cancelamento das ações resgatadas. O efetivo pagamento deverá ser realizado de acordo com a disponibilidade de caixa da controlada Alto Sertão.
- (4) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (5) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 14, tanto a Companhia quanto a sua controlada Renova Comercializadora emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia.



25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$8.799 e R\$11.655, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2023					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	3,00	1,50	4,50	6,00	4,08	14,58
Remuneração fixa acumulada	3.138	1.232	4.370	1.080	365	5.815
Salário ou pró-labore	2.764	1.075	3.839	1.080	365	5.284
Benefícios diretos e indiretos	374	157	531	-	-	531
Remuneração variável acumulada	1.770	901	2.671	-	-	2.671
Bônus	-	265	265	-	-	265
Provisão Programa de participação no resultado	1.770	636	2.406	-	-	2.406
Benefícios pós emprego	-	33	33	-	-	33
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	280	280	-	-	280
Valor total da remuneração por órgão*	4.908	2.446	7.354	1.080	365	8.799

	31/12/2022					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,42	3,33	5,75	3,25	5,00	14,00
Remuneração fixa acumulada	2.769	2.903	5.672	464	464	6.600
Salário ou pró-labore	2.527	2.535	5.062	464	464	5.990
Benefícios diretos e indiretos	242	368	610	-	-	610
Remuneração variável acumulada	2.578	1.316	3.894	-	-	3.894
Bônus	-	125	125	-	-	125
Provisão Programa de participação no resultado	2.578	1.008	3.586	-	-	3.586
Gratificações variáveis	-	183	183	-	-	183
Benefícios pós emprego	9	-	9	-	-	9
Benefícios motivados pela cessação do cargo	865	287	1.152	-	-	1.152
Valor total da remuneração por órgão*	6.221	4.506	10.727	464	464	11.655

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP



Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2023				31/12/2022			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,50	6,00	4,08	2,42	3,33	3,25	5,00
Valor da maior remuneração individual	1.672	529	135	67	2.020	1.089	81	73
Valor da menor remuneração individual*	1.012	12	135	67	251	886	81	73
Valor médio de remuneração individual	1.123	1.255	135	67	1.906	995	88	71

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, o montante de até R\$10.139 para a remuneração global dos administradores no período de janeiro a dezembro de 2023.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



Controladora

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	246	249	246	249
Partes relacionadas	44.768	73.200	44.768	73.200
Não circulante				
Aplicações financeiras	312	278	312	278
Partes relacionadas	250	148.810	250	148.810
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.700	10.250	7.700	10.250
Empréstimos e financiamentos	4.938	1.425	4.938	1.425
Partes relacionadas	30.486	30.486	30.486	30.486
Não circulante				
Fornecedores	18.707	22.366	18.707	22.366
Empréstimos e financiamentos	25.620	31.091	25.620	31.091
Debêntures privadas	56.024	61.135	56.024	61.135
Partes relacionadas	12.055	-	12.055	-

Consolidado

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17.600	63.773	17.600	63.773
Aplicações financeiras	5.180	4.282	5.180	4.282
Contas a receber de clientes	32.930	30.367	32.930	30.367
Compromissos futuros	52.443	-	52.443	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	312	278	312	278
Compromissos futuros	305.489	-	305.489	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	63.750	58.392	63.750	58.392
Empréstimos e financiamentos	172.754	49.939	172.754	49.939
Compromissos futuros	33.477	-	33.477	-
Não circulante				
Fornecedores	215.284	192.924	215.284	192.924
Empréstimos e financiamentos	901.872	950.914	901.872	950.914
Compromissos futuros	156.894	-	156.894	-



b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Controladora				
31/12/2023		31/12/2022		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	246	-	249	-
Partes relacionadas	-	44.768	-	73.200
Não circulante				
Aplicações financeiras	312	-	278	-
Partes relacionadas	-	250	-	148.810
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	7.700	-	10.250
Empréstimos e financiamentos	-	4.938	-	1.425
Partes relacionadas	-	30.486	-	30.486
Não circulante				
Fornecedores	-	18.707	-	22.366
Empréstimos e financiamentos	-	26.620	-	31.091
Debêntures privadas	-	56.024	-	61.135
Partes relacionadas	-	12.055	-	-
Consolidado				
31/12/2023		31/12/2022		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17.600	-	63.773	-
Aplicações financeiras	5.180	-	4.282	-
Contas a receber de clientes	-	32.930	-	30.367
Compromissos futuros	52.443	-	-	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	312	-	278	-
Compromissos futuros	305.489	-	-	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	63.750	-	58.392
Empréstimos e financiamentos	-	172.754	-	49.939
Compromissos futuros	33.477	-	-	-
Não circulante				
Fornecedores	-	215.284	-	192.924
Empréstimos e financiamentos	-	901.872	-	950.914
Compromissos futuros	156.894	-	-	-



c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2023		
Descrição	Saldo em 31/12/2023	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	22.542	22.542	-	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2022		
Descrição	Saldo em 31/12/2022	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	64.804	64.804	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.



d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2023	11,65%	11,65%	11,65%
	Aplicações financeiras:	22.542	22.542	22.542
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	9,10%	6,83%	4,55%
	Perda anual nas aplicações financeiras	(597)	(1.129)	(1.662)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.140.169	1.140.169	1.140.169
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	9,10%	11,38%	13,65%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	-	(22.959)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 9,10%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (6,83% a.a.) e 50% (4,55% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (11,38% a.a.) e 50% (13,65% a.a.).



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota e a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III que ocorreu durante o exercício de 2022, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	118	-	-	-	118
Classe II	143.189	24.110	337.546	530.429	1.035.274
Classe III	7.302	7.302	80.321	189.843	284.768
Classe IV	842	-	-	-	842
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	784	784	7.840	21.150	30.558
Total	152.235	32.196	425.707	741.422	1.351.560



g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	8	32.930	30.367

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.074.626)	(1.000.853)
Patrimônio líquido/ (Patrimônio líquido negativo)	933.020	910.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23.092	68.333
Dívida líquida + Patrimônio líquido (negativo)	(118.514)	(21.558)

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

27. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.



O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.238)	777.120
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	155.921	155.230
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	(0,06)	5,01
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	155.921	155.230
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	(0,06)	5,01

28. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos relacionados a determinados projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda em razão da negociação mencionada na nota 1.1, operação homologada pelo Juiz da Recuperação Judicial em 08 de fevereiro de 2023 e sua conclusão está sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas entre as partes.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2023</u>
Projetos em desenvolvimento - Imobilizado em curso	262
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2023</u>
Arrendamentos a pagar	327



29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 4.620.315	13/06/2023	13/06/2024
Responsabilidade civil	R\$ 50.000	30/11/2023	30/11/2024
FIANÇA BANCÁRIA	R\$ 3.303	09/08/2023	09/08/2024

Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (MERCADO LIVRE I)	R\$ 28.268	31/01/2023	31/01/2024
Garantia executante construtor (MERCADO LIVRE II)	R\$ 40.560	31/01/2023	31/01/2024
Garantia executante construtor (MERCADO LIVRE II)	R\$ 20.520	31/01/2023	31/01/2024

Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 60.000	31/01/2023	31/01/2024
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2023	07/11/2024
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2023	07/11/2024
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2023	29/03/2024



30. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perda sobre investimento	10	(243.019)	(42.515)	-	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas		-	12.192	-	-
Aumento de capital em controladas com imobilizado		-	20.928	-	-
Aumento de capital em controladas com mútuo	10 e 25	138.267	-	-	-
Incorporação de investimento x imobilizado		-	76.300	-	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros	10 e 20	1.280	-	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	6.528	1.974	5.021	6.895
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	5.934	-	6.245	(1.484)
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	11	(3.517)	-	2.100	(2.526)
Compensação de empréstimos com depósitos judiciais	14	(4.207)	-	(4.207)	-
Provisão para desmantelamento		-	-	-	22.242
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Partes Relacionadas	20	24.706	(789.072)	26.213	(789.072)
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Outras contas		(29.274)	(15.842)	(29.274)	(15.842)
Outras contas a pagar x fornecedores		-	(59)	-	(89)
Outras contas a pagar x partes relacionadas			59.479		59.479

* * *

Sergio Brasil
Diretor Presidente

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores

Edson Rodrigues de Sá Júnior
Contador CRC 1 SP-263284/O-6

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Sergio Ros Brasil Pinto
Diretor Presidente

Paulo Roberto Gozzi
Diretor Jurídico

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **RENOVA ENERGIA S.A.** – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, **o relatório, sem ressalvas**, e os esclarecimentos recebidos dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes, **os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão aptas a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.**

São Paulo, 28 de março de 2024

Vitor Medeiros Dias Cardoso de Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal:

Vitor Medeiros Dias Cardoso de Oliveira

Márcio Hideyuki Momo

Mauricio Rocha Alves de Carvalho

Adriano Bastos Duriguel